

GALLAZZI, Sandro. *O evangelho de Mateus: Uma leitura a partir dos pequeninhos*. Col. Comentário Bíblico Latinoamericano, Novo Testamento. São Paulo: Fonte Editorial/Santuário, 2013, 22,5 x 16cm, 584 p.

Ney Brasil Pereira\*

É com alegria que faço a recensão deste notável comentário de Mateus, que se lê com ininterrupto interesse da primeira até a última página. Seu autor, **Sandro Gallazzi**, já nos oferecera os comentários de Ester (1983), Primeiro Macabeus (1993) e Judite (2001). Agora, após livros e estudos sobre o pós-exílio e a teocracia sadocita do segundo Templo e a história de Israel, apresenta-nos esta preciosa leitura de Mateus “*a partir dos pequeninhos*” (sic)... O próprio subtítulo nos chama a atenção para a perspectiva diferente, de certo modo inesperada num comentário ao evangelho mais “eclesiástico”, que reinou quase absoluto na liturgia pré-conciliar.

A **Introdução** (pp. 9-43), relativamente breve no conjunto das 580 páginas, ajuda muito a entrar nessa “perspectiva diferente” da qual acabo de falar. Sandro começa distinguindo três dimensões “que nem sempre é possível separar e identificar isoladamente” (p. 9): a *história* do homem Jesus, o filho de Maria e de José (1,16), a *memória* do Jesus vivo que caminha conosco (28,20), e o *mistério* de Jesus, o Cristo e filho de Deus (16,16). A propósito, lembra que “a memória de Jesus ressuscitado e a contemplação do mistério do Cristo da fé virão sempre em primeiro lugar. Não o Jesus histórico” (p. 10).

A seguir, fala do *con-texto* no qual e a partir do qual surgiu o escrito de Mateus, bem como do *pré-texto* que levou a comunidade de Mateus, que já conhecia o texto de Marcos, a querer produzir outro *texto* (p. 10). Entre outras observações, diz que o quarto discurso de Jesus, no capítulo 18, “é o discurso central do evangelho, que serve de dobradiça entre a conclusão do ministério na Galileia e o início do caminho até Jerusalém”, no qual Mateus nos apresenta a construção da vida, com a proposta da *ekklesia*. Esta página, diz Sandro, “se abre com a pergunta

\* O recenseur, presbítero católico, é Mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma e professor na FACASC/ITESC, em Florianópolis.



mais antieclesial que pudesse ser feita pelos discípulos: ‘quem é o maior no Reino dos céus?’” (p. 14).

Comentando o *pré-texto* de Mateus, e admitindo que o escrito deve ter chegado à sua redação final entre 75 e 80ec (= da era comum), após a destruição de Jerusalém pelos romanos, Sandro começa “reconstruindo a história da época” (p. 19): a presença romana, os primeiros passos dos seguidores de Jesus, a primeira guerra dos judeus contra Roma (66-70ec), a destruição de Jerusalém e a comunidade de Mateus, que entra em crise como israelitas e como cristãos... (p. 28).

No *texto* de Mateus, alguns elementos da resposta à crise encontram-se na novidade descoberta: um novo alicerce, uma nova história, um novo povo, o Reino dos céus, a nova Torá (interessante, a identificação dos cinco livros da Lei nos capítulos 3 a 25 do evangelho: cf. p. 35). Ainda na Introdução, Sandro aborda duas “questões em debate”: a questão sinótica e a “fonte Q”, e a relação do texto de Mateus com o “judaísmo formativo” que veio organizando-se desde 68ec, a partir da escola de Jâmnia. Quanto à “fonte Q”, ou “documento Q”, Sandro posiciona-se, por uma série de argumentos (pp. 37-41), contra a sua simples identificação com o que é comum a Mateus e a Lucas e não se encontra em Marcos. Quanto à relação com o judaísmo, apesar de “alguma distância da escola dos mestres de Jâmnia”, o Jesus de Mateus, que “não veio abolir a Lei ou os profetas mas levá-los ao pleno cumprimento” (cf. Mt 5,17), “não representa o antijudaísmo” (p. 43). Como contraprova dessa posição, Sandro acrescenta pequenos textos rabínicos ao comentário das várias perícopes, ao longo do comentário, conseguindo assim, surpreendentemente, “estabelecer um diálogo entre Mateus e o mundo judaico” (p.43)

O Comentário como tal começa na p. 45, com a “**primeira parte**”, intitulada “A Gênese de Jesus”, seguindo-se mais seis “partes”, infelizmente não mencionadas no Sumário inicial (nas três primeiras páginas não numeradas), no qual, aliás, faltou o negrito dos títulos da sexta e sétima partes. Cito o autor:

*Como no antigo livro do Gênesis, duas são as histórias das “origens”. Uma pública (1,1-17), oficial, escrita nos livros e que pode ser consultada... e a segunda (1,18-25), só nossa, conhecida na intimidade da casa de José e de Maria, quando todas as gerações serão condensadas na ação do Espírito Santo, gerador de toda vida, como “no princípio”, Gn 1,2... (pp. 48-49).*

Muito argutas as observações sobre as quatro mulheres da Genealogia, que “invadiram a história de Israel: não foram convidadas,



entraram porque quiseram, tomaram a iniciativa, forçaram a brecha, impuseram sua presença num mundo patriarcal...” (p. 49). Veja-se, no comentário à perícopes de 1,18-25, sobre o anúncio a José, esta síntese sobre o “Anjo do Senhor”:

*Anjo do Senhor: anjo dos pobres e dos oprimidos, anjo de Agar e de Abraão, de Moisés e de Balaão, de Débora (Jz 5,23) e de Gedeão, de Elias e, agora, de José. Anjo da história do povo, anjo que nos acompanhou ao longo de todos os nossos caminhos. Anjo a nos desafiar a crer que nossa história é grávida da presença atuante do Espírito. Anjo a nos exigir que recebamos o novo em nossas casas, sem medo (p. 58).*

Sobre o episódio dos magos:

*Este capítulo está marcado pela tensão entre Belém e Jerusalém. Em Jerusalém está o palácio do rei, o templo dos sacerdotes e o sinédrio dos escribas e anciãos do povo. Em Belém de Judá, a casa da mulher e do menino. Entre estes dois polos haverá conflito, e conflito de morte. Entre os dois polos se movem os magos e a estrela. Eles têm que decidir, optar (p. 62).*

Quanto à “matança dos inocentes”, Sandro não receia levantar vários questionamentos, ampliando os de Saramago (pp. 68-69).

Na p. 73 começa a **segunda parte**, intitulada “A Gênese do Reino dos céus”. No texto da perícopes de 3,1-11 aparece por três vezes a expressão “mudai de mentalidade”, traduzindo o verbo gr. *metanoein*, normalmente traduzido por “arrepender-se”. Nas observações sobre o texto (p. 76), Sandro explica que esse verbo supõe, contemporaneamente, “uma ação de arrependimento, de penitência, e de conversão”. Questiono a “penitência”, derivada do latim “*poenitentiam agere*”, que levou ao equívoco do “fazer penitência”, tão incentivado em certo tipo de mentalidade sacrificial, já denunciada pelo 3º Isaiás na sua crítica do jejum pelo jejum (Is 58,...). Quanto ao anúncio do “Reino”, Sandro surpreende: “Não é Jesus quem inaugura o Reino. Ele o recebe, ele o descobre presente com os olhos de João, com os olhos do profeta, de todos os profetas” (p. 78). E ainda, a propósito da palavra de João aos fariseus e saduceus, em 3,7-9:

*Não basta ser filhos de Abraão. É preciso produzir os frutos de Abraão. A genealogia não é nem honra nem garantia: é compromisso! Jesus é filho de Abraão; João é filho de Abraão; fariseus e saduceus, também são filhos de Abraão. Os frutos, porém, são diversos. Nem todos souberam mudar sua mentalidade... (p. 80).*



Nas observações sobre a perícopre do batismo de Jesus (3,13-17), ao comentar a imagem da pomba associada ao Espírito Santo (v. 16), Sandro diz que “é difícil estabelecer o seu significado” (p. 83) e faz várias propostas. Para mim, o significado dessa imagem, que se encontra nos três evangelhos sinóticos e também em João, e em nenhuma outra passagem do Antigo e do Novo Testamento, é muito claro<sup>1</sup>: o Espírito se manifesta sobre Jesus, no momento da sua investidura messiânica, no seu batismo, não como fogo nem como águia (não águia!), mas *como pomba*, exatamente para indicar que o seu messianismo seria o da misericórdia e da mansidão, como aliás Mateus em outras passagens dará a entender (cf. 11,29: “Aprendei de mim, que sou *manso e humilde...*”).

A propósito das tentações (4,1-11), escreve Sandro:

*A genealogia de Jesus continua em discussão. O diabo, Satanás, questiona a filiação divina. Só pede que Jesus dê uma prova. A tentação consiste em provar a todos, sem nenhuma dúvida, a genealogia divina. A derradeira tentação, ao pé da cruz, será igual: “Se és o filho de Deus, desce da cruz” (27,40). Aí, porém, não será mais Satanás, o tentador, a fazer a provocação: serão os que passavam, os chefes dos sacerdotes... Começo, então, a suspeitar que por trás desse tentador esteja a própria comunidade de Mateus, que precisa de provas indiscutíveis para garantir sua fé... [...] pois “nada do que Jesus fez combina com a imagem do messianismo que circulava nas terras de Judá e da Galileia” (p. 88).*

Quanto à expressão “Reino dos céus”, própria de Mateus, Sandro não menciona o motivo judaico de evitar o nome divino, usando outras circunlocuções, mas acertadamente observa que

*a escolha da palavra “céus” não significa que o Reino de Deus tenha uma dimensão meta-histórica... Seria como pensar que o Reino só vai existir nos céus. Não combina com o centro do anúncio de João e de Jesus que proclamaram que “o Reino dos céus acabou de chegar”... [...] Agora, livres de Jerusalém – destruída pelas legiões de Tito – podemos encontrar o Reino de Deus onde ele realmente está: onde está Jesus, onde estão os pequeninos, onde estão os pobres no Espírito que são perseguidos por causa da justiça... (p. 96)*

No comentário às Bem-aventuranças (5,1-12), Sandro insiste na tradução “pobres *no Espírito*” (com artigo e maiúscula), daí tirando relevantes consequências, p. ex.:

<sup>1</sup> Escrevi um artigo inteiro sobre esta questão: PEREIRA, Ney Brasil. “A pomba e o Espírito” in “Encontros Teológicos”, revista do ITESC, Florianópolis, n. 24 (1998/1), pp. 24-34.



*Todas as vezes que o Espírito se encontra com o pobre, o Reino acontece. Foi assim com os profetas, com João, com Jesus, com todos os “discípulos”. E o sinal de que isto acontece é a perseguição por causa da justiça (p. 109).*

E a “justiça” da qual se tem fome e sede (v.6) também tem artigo definido, o que, porém, não foi assinalado, nem na p. 107 nem na p.110. A meu ver, justamente por causa do artigo, “justiça” não é apenas “fazer tudo o que estiver ao nosso alcance...” mas também, e mais ainda, a Justiça de Deus, Justiça não meramente retributiva mas restauradora, que afinal de contas se identifica com o próprio Jesus: “por causa da Justiça” (v.10) = “por minha causa” (v.11). Notar ainda a “equação do Reino”: “Discípulo = profeta = pobre no Espírito = perseguido por causa da Justiça = Jesus” (p.110).

Quanto à “plenitude da Lei”, proposta por Jesus, Sandro argumenta:

*A lei não pode se esgotar no seu cumprimento minimalista e literal. Na perspectiva da justiça do Reino, a proposta de Jesus vira horizonte, adquire uma dimensão utópica que nunca poderá ser plenamente realizada por nenhuma comunidade. É uma proposta que ninguém, absolutamente ninguém, será capaz de cumprir plenamente (p. 118).*

A propósito,

*foi por isso que Mateus substituiu o levítico “Sede santos como Deus é santo” (Lv 19,2), que foi a base da hierocracia sadocita e que era mensurável por observâncias, ritos e sacrifícios, pelo “Sede perfeitos como o vosso Pai é perfeito” (5,48), que nunca poderá ser medido... (p. 119).*

Instigante, a argumentação sobre “Lei e transgressão”:

*Parecem duas palavras incompatíveis. Não são. Sem transgressão, a lei se fossiliza, divide e marginaliza. A transgressão, o saber sempre ir correndo ao encontro do outro, é a dinâmica da lei. Só assim nasce o Reino (p. 120).*

Já se disse que o Pai-nosso é a oração dos três “p”: Pai, pão, perdão. Sandro chama a atenção para o fato de que, se a sua primeira palavra é *Pai*, a sua última é *Maligno*: “São os dois polos entre os quais vivemos nossa vida: de um lado, a vontade do Pai; do outro, a tentação do Maligno. A comunidade, e cada um de nós, precisamos nos definir...” (p. 125). Notar também as “três ordens taxativas” de Jesus, que “devem balizar a nossa vida econômica”: “*não ajunteis, não podeis servir a dois senhores, não vos angustieis*. Esta última é repetida três vezes, pois é dirigida à maioria pobre da comunidade, necessariamente preocupada



com o que comer, beber e vestir. [...] Entre Deus e a riqueza existe uma insanável incompatibilidade, assim como entre amor e ódio, entre fidelidade e desprezo. Deus e Mamona nunca vão poder conviver num só coração. É a profecia na sua essência. [...] Quando iremos crer que este é o único plano econômico possível?” (pp. 128-129).

A respeito da lógica “aparentemente retribucionista” de afirmações como “*assim como julgardes, sereis julgados*” (7,2), Sandro observa que “a única retribuição que funciona é a nossa relação com o irmão, a irmã. [...] A lei, instrumento essencial ao julgamento, não tem serventia. A não ser uma, aquela que faz com a lei alcance a sua ‘plenitude’: *Fazei aos outros o que quereis que eles façam a vós* (7,12)” (p. 136).

A **terceira parte** do comentário, abrangendo os capítulos 8 a 10 do evangelho, intitula-se “O caminho da libertação: um novo Êxodo”. A propósito da advertência de Jesus sobre as ‘*trevas, onde haverá choro e ranger de dentes*’, Sandro alerta: “É preciso saber distinguir entre escatologia e apocalíptica. A divisão, distinção, separação entre justos e injustos, entre bons e maus, só acontecerá no fim dos tempos. Somente os anjos ou o dono do banquete ou o Filho do Homem poderão lançar alguém nas trevas... Hoje, não. Este tempo não é lugar de separação ou de divisão. Hoje é o tempo de se aproximar do leproso, do estrangeiro, da mulher doente. Não podemos cair na tentação apocalíptica de identificar a comunidade com o Reino, encurtando os tempos, apressando julgamentos, criando um reservatório de puros e eleitos em confrontação com as iniquidades do mundo” (pp. 149-150).

Sobre o “Filho do Homem”, expressão que aparece em Mateus pela primeira vez em 8,20, Sandro apresenta interessante síntese nas pp. 155-158. Penso que, na p. 157, em baixo, ele poderia ter mostrado o paradoxo que há entre a palavra de Jesus sobre o Filho do Homem que “*não veio para ser servido*” (20,28) e o Filho do Homem de Dn 7,13-14, ao qual “*todos os povos, nações e línguas hão de servir*”. Isto é, Jesus dissocia-se explicitamente do Filho do Homem apocalíptico. Quanto ao “*vinho novo em odres velhos*” após a ceia na casa de Mateus (9,9-17), Sandro resume:

*Se no centro, feito pano e vinho novo, está uma mesa ao redor da qual sentam-se, em festa, puros e impuros, todo o velho sistema que sustenta e engorda os “justos” a partir das “impurezas” dos demais, necessariamente implodirá: ou aumenta o rasgão ou se destroem os odres (p. 175).*

Em relação ao pedido, ensinado por Jesus, de “*operários para a messe*” (9,38), Sandro observa que ele “completa o Pai-nosso. Não podemos esperar que o Reino dos Céus venha do alto, milagrosamente,



a substituir impérios e dominações. Não basta suplicar ‘*venha a nós o teu Reino*’: é preciso pedir que o Pai nos envie a nós para a colheita, para as ovelhas sem pastor... Volta à nossa lembrança a memória profética da revelação de Deus a Moisés (Ex 3,9.10): ‘*Eu desci para libertar... Vai, eu te envio ao Faraó...*’ O Deus que *desce* é o Deus que *envia*” (p. 184).

No começo do discurso da missão (cap. 10), Jesus ordena que seus discípulos vão “*primeiro às ovelhas perdidas da casa de Israel*”. Sandro traduz “perdidas” por “massacradas”, levando em conta o contexto do recente massacre do povo judeu pelas tropas de Roma no ano 70. Agora, “doze são os enviados para que, a partir da missão deles, Israel volte a ser povo: um novo povo, novas tribos, novo reino” (p. 189). A propósito da saudação à casa (10,12), Sandro adverte:

*Casa e não templo, casa e não sinagoga, casa e não palácio, casa e não quartel. Este é o lugar do apóstolo. Templos, sinagogas, palácios e quartéis não poderão ser nunca a nossa casa [...]: são as moradas dos falsos pastores que massacram as ovelhas...* (p. 193).

Ainda uma observação sobre as ovelhas:

*Não é possível estar entre as ovelhas sem, ao mesmo tempo, enfrentar os lobos. Esta é a característica da missão profética, desde os tempos de Moisés, enviado para conduzir o povo a uma terra boa e, ao mesmo, enviado a enfrentar o faraó. A maior tentação é a de cuidar das ovelhas, evitando o conflito com os lobos. É uma tentação grande, comum a todas as comunidades, de ontem e de hoje* (p. 197).

Faz parte ainda do “discurso da missão” a palavra paradoxal de Jesus sobre a paz e a espada (10,34): Ele “*não veio trazer a paz, mas a espada*”, o conflito. Sandro comenta:

*O conflito alcançará o mais íntimo das casas: das casas dos apóstolos, das nossas casas, onde pais e filhos, mães e filhas, noras e sogras – que deveriam conviver em paz – passam a estar uns contra os outros por ter que escolher entre se declarar por Jesus ou negá-lo. Não há como evitar* (p. 204).

Evitar o conflito seria o preço da falsa paz, a “paz do mundo” mencionada por Jesus em Jo 14,27.

A **quarta parte** do comentário, intitulada “Dúvidas, dificuldades e conflitos”, abrange os capítulos 11-13 do evangelho. Sandro vê neles uma “releitura do livro dos Números”, o livro da caminhada no deserto, com suas idas e vindas e tensões, tendo a comunidade de Mateus, por enquanto, omitido o Levítico (p. 207). Chave de leitura desses capítulos é a pergunta



de João Batista na prisão: “*És tu aquele que deve vir...?*” Respondendo a vários questionamentos, Mateus contribui para fortalecer a sua comunidade na fé, superando o “escândalo” (cf. 11,6) do caminho diferente trilhado por Jesus. A propósito do “*maior dos nascidos de mulher*” que no entanto, paradoxalmente, é “*menor do que o menor no Reino*”, Sandro nos convida a “tentar entender” (p. 217), e conclui: “Justamente por que está no cárcere, porque está sendo perseguido, João, também, está entre os menores do Reino” (p. 218). Mais adiante, chama-nos a atenção para o fato de que o cap.11, que começara com a dúvida do Batista, termina com a “confissão” de Jesus na revelação feita aos pequeninos e que passa pelo Filho do Homem, que continua revelando o Pai a quem ele quis (11,25-27). Logo a seguir, vem o convite ao discipulado: é preciso “*aprender*” do Messias “*manso e humilde*”, não de um Messias orgulhoso da sua força aniquiladora do mal. No entanto, “mansidão e humildade no coração não impedirão Jesus de enfrentar com coragem e veemência todos os conflitos, até a entrega da vida” (p. 229).

A observância do sábado, uma norma em si libertadora, havia-se tornado lei rígida e dura, cuja transgressão, pelo judaísmo oficial da época, implicava até a pena de morte. Qualquer gesto libertador de Jesus, aos sábados, suscitava oposição cerrada dos defensores da lei, como se percebe nos quatro evangelhos. Sandro comenta: “Fácil demais é saber o que não se deve fazer no sábado. Mais difícil e muito mais comprometedor é saber o que deve ser feito para que o sábado seja memorial perene de vida e liberdade” (p. 234). Sabe-o o *Filho do Homem*, que “é *senhor do sábado*”. Mais: “A razão do conflito está num templo e numa lei usados para condenar inocentes e mantê-los ideologicamente dominados, socialmente submissos e economicamente oprimidos” (ibid.). Quanto às curas e a expulsão do demônio cego e mudo, na perícopes de 12,15-24, gestos que suscitam reações diferentes, Sandro comenta:

*Jesus não é nem o “filho de Davi” das multidões admiradas, nem o “Belzebu” dos fariseus escandalizados. [...] Ele é o Servo do Senhor; que implantará o direito não pela força, não levantando a voz, não quebrando o canço rachado nem a mecha fumegante... até que o direito triunfe!* (cf. p. 242).

Como entender a “blasfêmia contra o Espírito”, que Jesus recrimina aos fariseus? Sandro nos lembra que os destinatários desta palavra

*não são os mestres de Jâmnia, mas as comunidades dos crentes: somos nós. São os nossos pensamentos, os pensamentos do povo de Mateus, é conosco que Ele fala, agora [...], também quando diz: “Raça de víboras, a blasfêmia contra o Espírito não vos será perdoada!”* (pp. 246-247).



Comentando a parábola do semeador (13,3-9), Sandro observa que não se trata de “um semeador incompetente, que joga a semente à toa”, mas de um pobre camponês, que tem um campo tão pequeno e ruim, porque

*é a terra que lhe sobrou depois que o mercado Greco-romano produziu o latifúndio na Galileia. [...] Mesmo assim, o camponês teima em semear... e se torna o critério de todos os discípulos: sem medo do conflito, sem garantia do resultado, eles semeiam (pp. 260-261).*

Mas afinal, as parábolas eram “um recurso didático para facilitar a compreensão da mensagem”? Sandro responde que não: “Pelo contrário. Parábola não revela; parábola esconde” (p.262). Quanto aos quatro terrenos, não são quatro tipos diferentes de pessoas, mas “quatro tipos de escuta e de recepção. [...] Nosso coração pode ser estrada, pedra, espinho ou, também, terra boa” (p. 265). A parábola do joio no meio do trigo nos adverte contra a “tentação apocalíptica e farisaica de ‘separar’ bons de um lado e maus do outro”, esquecidos de que “o Reino dos céus não é futuro: é História. História, com suas dinâmicas ambíguas e contraditórias” (p. 268). Quanto ao fermento na massa:

*Nenhuma imagem explica melhor a dinâmica do reino. Uma casa, uma mesa, uma mulher colocando fermento no trigo que se tornará pão comum, não ázimo(!), pão qualquer, pão “impuro” e, por isso, de uso comunitário, que pode ser comido por todos e todas, sem distinção. O reino não só é pequeno. Ele é “impuro”, aberto para todos e não só para os santos! (p. 271)*

Ainda quanto às imagens das parábolas:

*Semeador, mulher, comerciante, pescador, são a visualização mais cotidiana e corriqueira da realidade suprema. Campo, casa, barco e praia do mar são os “lugares” onde o Reino acontece. Nada de reis, sacerdotes, escribas ou doutores; nada de palácios, templos, mercados ou sinagogas. O Reino é contramão, e contradição e contra-história da história oficial contada pelos que dominam e oprimem (p. 277).*

Na sinagoga de Nazaré (13,53-58), mesmo com a aura da fama, os conterrâneos de Jesus não o reconhecem: “Os olhos que viam e os ouvidos que ouviam o ‘filho do *tékton*’, o ‘filho de Maria’, foram incapazes de ver e de ouvir o Reino dos Céus escondido, enterrado e misturado com a realidade dos pequenos, com a vida daquele de quem conhecemos tudo, porque é ‘um dos nossos’” (p. 283).



A **quinta parte** do comentário abrange os capítulos 14 a 18. Título escolhido: “A vida nova na *Ekklesia*: o Levítico reformulado”. A execução de João Batista marca o início desta parte, num confronto entre o banquete no palácio de Herodes e o banquete da multidão de excluídos no deserto, com Jesus. “O ponto de chegada será o banquete final na casa do Pai, onde todos poderemos sentar e comer os sete pães partilhados” (p. 285). Quanto à travessia do mar, após a multiplicação dos pães, Sandro escreve:

*Não há solução de continuidade: a partilha do pão é, imediatamente, seguida pelo enfrentamento do mar. Ao pão repartido corresponde o enfrentamento com quem não quer que isso aconteça. O “mar” é armazém, é concentração de terra, é acúmulo de riquezas. [...] E Jesus, que ora no monte, enquanto os discípulos se esforçam por atravessar o mar revolto, nos faz lembrar Moisés orando no monte, enquanto Josué combatia com os amalecitas (pp. 300-301).*

A seguir,

*depois de nos apresentar o novo culto do pão repartido, e reescrevendo o novo Levítico do novo Israel, Mateus teve de enfrentar a questão da pureza ritual, com a qual os escribas e fariseus estavam tão preocupados. [...] Não há mais “pecado sem saber” (Lv 4,2.13 etc): o coração, o centro das decisões, é o único responsável por nossa situação diante de Deus e das pessoas. [...] Impuro é o coração que não quer amar e repartir os pães (p. 309).*

No episódio da cananea que insistia em ser atendida por Jesus (15,21-22), vemos

*os “filhos de Israel” de um lado, e os “cachorrinhos”, do outro. O pão não é para eles. Pode-se comer junto com os publicanos e os pecadores, mas não com os pagãos! Esta polémica atravessou a vida das primeiras comunidades (cf. Gl 2,11-12). [...] Finalmente, a cananea foi reconhecida como discípula: Ó mulher, é grande a tua fé! [...] A vontade da mulher é feita: a filha é curada. O pão é novamente repartido: a mulher o arrancou das mãos de Jesus! (pp. 313-314).*

Em relação à pergunta de Jesus sobre o que o povo dizia a seu respeito (16,13), Sandro sintetiza:

*A esperança na volta do Messias profeta era a característica das multidões da Galileia, terra de revolucionários e lutadores. Os samareus*



*esperavam a segunda vinda de Moisés, e os judaítas aguardavam a vinda do Filho de Davi. E os essênios proclamavam a futura vinda de dois Messias: um rei, filho de Davi, e um sacerdote, legítimo filho de Sadoc (p. 329).*

E ainda:

*Mateus cria um duplice paralelo: entre Pedro/rocha, fundamento da ekklesia, e Pedro/pedra de escândalo, pedra que faz tropeçar. Entre Pedro que recebeu a revelação do Pai celeste e não da carne e do sangue, e Pedro que não pensa as coisas de Deus, mas as dos homens, as da carne e do sangue. [...] No nosso coração e no coração de Pedro, que foi chamado por Jesus de bem-aventurado, volta a ecoar, agora, a outra bem-aventurança que Jesus pronunciou quando se colocou a serviço dos pobres e dos excluídos, quando nos apresentou os verdadeiros sinais do Reino: Bem-aventurado é aquele que não se escandalizar de mim (11,6) (p. 333).*

Aos que se apresentam para segui-lo, Jesus pede para *carregar a cruz* (16,24). Que cruz?

*É perder a vida pelo Reino, é perder a vida para que ninguém mais sofra, para que não haja mais sacrifícios. A cruz é o antissacrifício. [...] Esta é a primeira coisa que o discípulo precisa compreender. Este é o Evangelho pelo qual seremos perseguidos. Ninguém vai nos perseguir porque queremos salvar nossas almas, mas porque queremos o Reino. [...] A nova assembleia/ekklesia de Jesus não se constrói somente a partir da proclamação de fé no Ungido, filho do Deus vivo (ortodoxia). É preciso ficar atrás dele e segui-lo, carregando a cruz (ortopraxia) (pp. 338-339).*

Jesus sintetiza em

*três imagens tudo o que produz escândalos (18,8-9). A mão que toma, rouba, concentra as riquezas. O pé que pisa, esmaga, quer subir fazendo degrau de todos os outros. O olho que cobiça, inveja, só quer sua própria vantagem. São as relações econômicas-políticas-ideológicas escandalosas que tornam a ekklesia igual aos 'reinos desde mundo', que geram e sustentam a dominação e fazem cair os pequenininhos, suas vítimas seculares. É preciso arrancar e jogar fora. Entre nós não deve ser assim (p. 361).*



Quanto aos “relapsos”, que deveriam ser tratados *como o pagão e o publicano* (18,17), a palavra de Jesus tem servido

*como pretexto para excluir, afastar, excomungar. Quantas vezes, esta palavra foi identificada com o legítimo poder eclesiástico de ‘desligar’ o pecador que não quiser ouvir a Igreja. Na terra e no céu! E aí, ironicamente, as Igrejas tornam-se instrumentos para fazer o que Deus nunca quis: perder um só dos seus pequeninhos* (p. 365).

Mateus é o evangelista que mais insiste no ensinamento de Jesus sobre o perdão. *Quantas vezes devo perdoar?* (18,21).

*Setenta vezes sete! Mais do que sempre. Sobre esta rocha está edificada a ekklesia: a fé no Filho de Deus vivente passa pela capacidade de perdoar, de reconstruir constantemente as relações com o irmão que peca e que peca contra mim. [...] ekklesia é estar juntas, crianças pequeninhas e pecadoras, no nome de Jesus. [...] Mateus termina, assim, seu novo “Levítico”: não com o código de santidade (ritual), mas com o recado do perdão entre pecadores. [...] Ou a ekklesia perdoa, de todo o coração, ou a ekklesia inteira vai ser condenada a pagar suas dívidas, até o último centavo. Só a ekklesia das crianças, dos pequeninhos e dos pecadores é a ekklesia edificada por Jesus. [...] Enquanto, como toda a nossa arrogância, continuarmos a brigar por afirmar qual é a “verdadeira Igreja” de Jesus – e sempre, evidentemente, será a nossa – estaremos nos condenando a ficar fora da ekklesia de Jesus. Sorte nossa que Ele sempre busca a ovelha perdida* (pp. 369-370).

Chegamos à penúltima, a **sexta parte** do Comentário. Seu título: “O caminho da vida e o caminho da morte: um outro Deuteronômio é possível” (p. 371). Comentando a posição de Jesus contra a “permissão de repúdio, dada por Moisés”, não por ser “vontade de Deus” mas “por causa do coração esclerosado”, Sandro observa, com razão:

*Tudo o que está escrito na Escritura é palavra de Deus<sup>2</sup>, porque, no fim, nos revela seu mistério, mas nem tudo o que está escrito é “von-*

<sup>2</sup> Aqui entra o conceito, o dogma, da Inspiração bíblica. Como entender esse dado da fé que afirma a inspiração e, portanto, a inerrância da Bíblia “em todos os seus livros e em todas as suas partes”, mesmo com a restrição da *Dei Verbum* n. 11: “naquilo que Deus quis que fosse escrito em vista de nossa salvação”? Como conciliar essa Inspiração com as limitações, hesitações, contradições, crueldades, do texto bíblico? A solução está, me parece, na *humildade* da Palavra de Deus expressa em linguagem humana: ela assumiu nossas fraquezas todas, menos a falsidade. E ela, ainda, como se pode concluir da *Nostra Aetate*, não se restringe à Bíblia, mas se encontra



*tade de Deus”. Tem muita coisa escrita que Deus não quer. A vontade de Deus é a que está posta “desde o princípio”. [...] Parafraseando o estilo de Mateus, poderíamos dizer: o Reino dos céus é semelhante a um homem e uma mulher que são uma só carne e se amam, sem dominação (p. 377-378).*

Quanto à preocupação dos discípulos em “salvar-se” (cf 19,25), Jesus nos ensina a mudar de ótica:

*O objetivo do Evangelho não consiste em sermos salvos, salvar a nossa alma... e sim sermos operadores do Reino, procurar em primeiro lugar a justiça do Reino. A “teologia da salvação”, cujo centro sou eu, tem que dar lugar à “teologia da libertação”, cujo centro é o pequenininho, a criança, a mulher, o pobre. É a teologia de Jesus, do Filho do homem ou, simplesmente, do Filho (p. 393).*

Tiago e João pretendiam um “lugar à direita e à esquerda de Jesus, no seu Reino” (20,21). De fato, quem esteve ao lado de Jesus, um à sua direita e outro à sua esquerda foram dois ladrões:

*os últimos, os desprezados, simbolicamente, junto com Ele na hora não do poder, mas do não-poder absoluto, na morte. [...] Jesus tem uma perspectiva de organização política completamente alternativa à “das nações”. Nela não há lugar para maiores ou primeiros. Se alguém quiser ser o primeiro, abandone esse projeto e comece a servir. [...] Esta é a cartilha – do Servo sofredor – que norteia Jesus no seu caminho para Jerusalém. [...] Só nos resta segui-lo. Nada mais. Sem nenhuma outra pretensão, a não ser a de que, por nossas mãos, se realize o desígnio de Deus (p. 406-407).*

No caso dos cegos de Jericó (20,29-34),

*estamos diante de dois tipos de cegueira. A dos fisicamente cegos, e a dos que, mesmo de olhos sadios, não conseguem enxergar os pobres que gritam na beira da estrada. [...] A cegueira da multidão que sabe que Jesus passa, mas que, ao mesmo tempo, ameaça os cegos para que fiquem calados, é própria das nossas Igrejas que proclamam a passagem de Jesus, mas ficam incomodadas com o grito dos/as pobres (p. 410).*

---

também, igualmente com suas limitações, nos livros sagrados de outras tradições... cf PEREIRA, Ney Brasil, “A Palavra de Deus no Vaticano II”, in “*Encontros Teológicos*”, revista do ITESC, Florianópolis, n. 62 (2012/2), pp.95-106.



A expulsão dos vendilhões no Templo (21,12-16) é completada pela

*entrada de cegos e coxos, os impuros que deviam permanecer fora do recinto sagrado. E o que irrita mais ainda as autoridades são os meninos que continuam gritando “hosana ao Filho de Davi”. As súplicas dos cegos e o grito dos meninos enchem, agora, a “casa de oração”. O Templo é restituído, assim, à sua verdadeira finalidade. Não mais os sacrifícios e holocaustos, não mais os ritos expiatórios... Para tudo isso se precisava de vendedores e de cambistas e, sobretudo, de sacerdotes sumos ou não, e de escribas a determinar o que e como devia ser expiado (pp. 420-421).*

“Eles dizem e não fazem”: é a denúncia radical de Jesus no cap. 23 de Mateus, que muito facilmente lemos como se dirigida aos fariseus “daquele tempo”. Não, é dirigida aos de hoje, a nós. Sandro comenta:

*O que eles dizem, mesmo quando é a palavra de Deus, é um grande jogo de faz de conta. Estou pensando, por exemplo, nas muitas congregações religiosas que professam a pobreza, mas vivem uma vida rica, farta e burguesa. Estou pensando numa Igreja, como a romana, que prega a justiça, a igualdade e a democracia entre as nações, mas ainda se organiza ao redor de um poder sacerdotal absoluto, machista, patriarcal e inquestionável (p. 473).*

O conclave que elegeu Francisco fez-se eco desse alerta.

*A opção por relações eclesiais de serviço e não de poder; de diaconia e não de hierarquia, nasce da opção teológica de quem acredita que “não há mestre, pais e guias” entre nós e acredita que todos somos irmãos, porque há um único Pai, o do céu. E um único guia, o Ungido (p. 474).*

*De certa forma, estes oito “ais” do cap. 23 correspondem às oito bem-aventuranças do cap. quinto. [...] O Reino e o antirreino. O antirreino não é Satanás: é o hipócrita. É a maldade que põe a máscara da legalidade, da piedade e da devoção. Não é o mal que se torna evidente pela transgressão da lei; é o mal que se dissimula debaixo da observância e da observância rígida. [...] Pedimos perdão pelos pecados cometidos pelos pais e nos sentimos melhores do que eles. Arrependimento sempre tardio, demais tardio: pelas Cruzadas, pela Inquisição, por Galileu, pela escravidão dos negros, pelo extermínio dos índios... Perdão, sempre tardio, e nunca um verdadeiro arrependimento pelos nossos pecados de hoje (pp. 477-480).*



Na parábola do juízo final (25,31-46), seu

*último e definitivo deuteronomio, Mateus nos confirma o único mandamento cuja observância nos garante o caminho da vida e da bênção: “O que fizestes a um só destes meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes”. Nada mais é preciso. Nem precisamos ter claro que o fazemos por amor de Deus; basta que o façamos. Basta servir o Filho do homem, qualquer filho do homem... (p. 514-515).*

Terminado o “Pentateuco” de Mateus, estamos preparados, diz Sandro, para conhecer e contemplar o Evangelho da comunidade mateana: é a **sétima parte** do Comentário, que abrange os capítulos 26 a 28. Em Betânia, a “casa dos pobres”, uma mulher do povo, num gesto de unção real e/ou sacerdotal, então exclusiva dos sumos sacerdotes sadocitas, unge um pobre galileu: não para a realeza nem para o sacerdócio, mas “para a sepultura” (26,12), sustentando-lhe a coragem de dar a vida (cf. pp. 521-522). Quanto à última Ceia, adverte Sandro:

*Acostumados que somos a fazer uma leitura teológica e eclesial desse evento (instituição do sacramento da Eucaristia, do sacerdócio ministerial etc), corremos o risco de perder a riqueza da narrativa de Mateus, que destaca o gesto provocador e alternativo realizado por Jesus e seu grupo. A imagem de uma multidão de gente de pé, ao redor de um altar fumegante, encharcado do sangue dos cordeiros, é totalmente diferente de um grupo de amigos reclinados ao redor de uma mesa para dividir uma refeição. [...] A casa substituiu o Templo; a mesa substituiu o altar; agora, no lugar do sacrifício do cordeiro, Jesus propõe o pão repartido e o vinho distribuído entre irmãos e irmãs. [...] Renova-se o gesto que marcou o centro do texto de Mateus, quando o pão foi partido e repartido entre as multidões. Renova-se e adquire seu sentido pleno. [...] O pão é decisivo para determinar a fidelidade ou a traição. É com esta angústia no coração que devemos fazer a memória do pão e do vinho (p. 526-528).*

A propósito da oração no Horto:

*Pela segunda vez, Mateus nos diz que Jesus se retira, sozinho, para orar (aqui, 26,36 e em 14,23). Fazer um paralelo entre os dois episódios pode ser temerário, do ponto de vista exegético, mas é fascinante. Nas duas vezes, foi de noite e foi num monte. A primeira vez, Jesus foi orar depois de repartir os pães com uma multidão de gente. E, agora, vai orar depois de repartir o pão com os doze, o novo povo. [...] É a noite do combate que se segue à noite da festa. Desde aquela vez, no Egito, quando, depois*



*de comer a páscoa, o povo se pôs em marcha, para enfrentar o mar dos juncos e, depois, o deserto. É a noite que, finalmente, nos revela por que o Filho do homem é o verdadeiro Filho de Deus: o que faz a vontade do Pai. [...] A vontade do Pai não é que o Filho morra, mas que entre em conflito com a morte, com todas as formas de morte que ameaçam a vida dos seus muitos filhos que Ele quer salvar. [...] O Pai não quer, nunca quis, sacrificar<sup>3</sup> o Filho. O Pai não precisa do sangue do Filho para pagar a conta dos nossos pecados. Jesus morre porque não quer que nenhum dos seus pequeninhos seja sacrificado no altar do lucro, do progresso, do culto, do poder. A cruz será o antialtar! (pp. 531-534).*

Com razão, Sandro insiste:

*“Servo do SENHOR” é a única e verdadeira figura profética assumida por Jesus. Não o Ungido/Messias que triunfa ao destruir os outros e ao desbaratar seus inimigos. Mas o Servo que vence pela capacidade de “padecer”, carregando sobre si as nossas dores e dando a sua vida em expiação pelos nossos pecados (Is 52,13-53,12). É a verdadeira Paixão: carregar sobre si as nossas dívidas<sup>4</sup>. É o máximo do amor (p. 538).*

Na cena do julgamento no Sinédrio,

*não dá para evitar o paralelo antigônico entre Pedro e Caifás. [...] Se, a Pedro, Jesus anunciou o Filho do homem que iria padecer e ser condenado à morte (16,21), a Caifás e ao Sinédrio Jesus anuncia o Filho do homem vencedor e triunfante, sentado à direita do Pai e vindo sobre as nuvens. E se Pedro não acreditou na profecia da Isaías que anunciava o Servo sofredor, Caifás não acredita na profecia de Daniel que anunciava o triunfo do Filho do homem (Dn 7,13-14) (p. 542).*

*Os sacerdotes deviam condenar Jesus à morte. Nunca os sacerdotes iriam saber o que significa a misericórdia (cf. 12,7). Misericórdia e Templo não combinam. Os sacerdotes nunca suportaria que alguém se fizesse “maior do que o Templo” e que, em nome da misericórdia, chamando*

<sup>3</sup> Certamente, a grande “*crux theologorum*”, essa interpretação sacrificial da morte de Jesus, dependente de toda a teologia sacrificial do Levítico e assumida também pelo Novo Testamento. Isso, apesar da rejeição explícita dessa teologia por Oseias, desde o séc. VIII aC! Segundo Oseias, Deus *não quer, ele rejeita* animais imolados, pois o que *Ele quer* é a solidariedade/misericórdia/ bondade. Ele quer *hesed* e não *zebah*. Quanto a João, se na primeira carta apresenta Cristo como sacrifício de expiação 1Jo 2,2 e, mais ainda, 4,10!), no 4º evangelho insiste na liberdade da entrega de Jesus: “Ninguém tira de mim a minha vida...” (Jo 10,18).

<sup>4</sup> O texto, penso que por um lapso, diz: “carregar as nossas vidas”



*os pecadores, solapasse a comida santíssima, fruto dos sacrifícios e destinada à alimentação e ao mercado sacerdotal (p. 551).*

*Pilatos grita para a multidão as mesmas palavras que os sacerdotes falaram para Judas: Se virem! Nem o Templo nem o palácio vão se responsabilizar pelo mal que eles mesmos provocaram. Ontem como hoje! É a perversa lógica do poder, seja ele sagrado ou não (p. 558).*

No Calvário,

*Jesus está nu, impotente, cravado na cruz, exposto no monte, diante de todos, diante dos sacerdotes, dos anciãos, dos soldados, dos ladrões, dos transeuntes... Mas a tentação é a mesma, a do início, igualmente diabólica: Se és o Filho de Deus... Mais diabólica ainda, se possível, porque, lá no deserto, Jesus enfrentou o diabo na força do Espírito... [...] Agora, nós também duvidamos: será que ele teria a força de se despregar e descer da cruz? (p. 562).*

Quanto ao grito do abandono (27,46),

*é a mais clara confissão da fé de Jesus. Ao gritar o Sl 22, ele proclama a sua fé na certeza de que Deus está do lado do aflito, do condenado. Se o grito que abre o salmo é de aparente desespero, a sua conclusão é um hino ao poder salvador de YHWH. [...] Na hora em que “o Ungido, Filho do Deus vivo”, se confunde com o Filho do homem que dá seu último grito no estertor da morte, nós, os filhos dos homens, nos tornamos, com ele e por ele, os filhos do Deus vivo. O Espírito faz com que a história de Jesus seja também a nossa história, a história da ekklesia (pp. 564-565).*

*A profecia dos ‘três dias’ fica martelando a memória do Sinédrio: o véu do Templo pode ser costurado de novo – aliás, é o que nossas Igrejas vêm fazendo há dois mil anos – mas, se, depois de três dias, o túmulo aparecesse vazio? O último ‘engano’ seria maior do que o primeiro... (p. 569).*

O rolar da pedra do sepulcro será, observa Sandro,

*obra do Anjo do Senhor, que já encontramos, como protagonista, nos dois primeiros capítulos. Naquelas páginas, o Anjo do Senhor teve como interlocutor José, que, com suas dúvidas, representava toda a comunidade que era chamada a aceitar a boa notícia de Jesus de Nazaré. Agora, ao concluir o evangelho, o Anjo do Senhor reaparece para dialogar com as duas mulheres e enviá-las a anunciar aos discípulos a boa notícia de um túmulo vazio e de Jesus vivo que nos precede nos caminhos da Galileia.*



*A primeira vez, o Anjo falou a José pelos sonhos; agora, se manifesta no terremoto: sonho e terremoto foram, ao longo da história de Israel, elementos teofânicos, sinais da presença de Deus no meio do seu povo. [...] A ressurreição de Jesus não é o triunfo final do herói. Ele não vai aparecer a Caifás e a seu Sinédrio, nem a Pilatos e à sua coorte, nem mesmo ao povo na esplanada do Templo. [...] Ele volta para a Galileia, onde tudo começou, e reinicia a caminhada. Os discípulos só poderão vê-lo se forem atrás dele (p. 575).*

“É preciso deixar Jerusalém e partir para a Galileia. É preciso crer que em Jerusalém não há mais *exousía*, de nenhum tipo: nem poder, nem autoridade, nem capacidade” (p. 581).

*A incoerência consiste em crer no Ressuscitado e, ao mesmo tempo, continuar a crer que a exousía ainda esteja na capital e nos poderosos de turno, políticos e/ou religiosos que sejam. Este será sempre o desafio para nossas ekklesias. [...] A história do reino não termina com a vitória de Jesus. Crer na exousía de Jesus nos obriga a ir a todas as nações para fazê-las discípulas. Discípulas, não súditos. Esta é a lógica do Reino de Deus, do Reino de Jesus. A exousía do Reino não se manifesta pelo domínio ou pelo governo. [...] O centro do anúncio não será uma doutrina, mas ensinar a praticar tudo o que Jesus mandou. E Ele nos mandou fazer uma coisa só: estar, sempre, ao lado dos pequeninhos (pp. 581-582).*

Vejo que minha recensão tornou-se antes uma seleção de textos do Sandro, do que propriamente uma análise avaliadora e, muito menos, crítica, do comentário. Chamou-me a atenção a militância, a franqueza, a sinceridade, de todo o texto, escorado numa exegese muito bem fundamentada. Sandro escreve não apenas para informar, e muito menos para demonstrar erudição. Ele quer, e consegue, apresentar um Mateus vivo, comprometido com a tarefa indicada pelo Senhor: “fazer discípulos”. Quem tomar este comentário nas mãos, não há de lê-lo apenas uma vez.

Quanto a observações pontuais, falhas de revisão ou, mesmo, posições diferentes neste ou naquele detalhe, pretendo encaminhá-los diretamente ao autor. A ele, minha sincera gratidão pelo serviço prestado ao Evangelho em nosso país.

**Endereço do Recenseur:**

Caixa Postal 5041

88040-970 Florianópolis, SC

E-mail: ney.brasil@itesc.org.br



FELLER, Vitor Galdino (org.). *A Nobre Simplicidade da Liturgia: Homenagem a Pe. Valter Maurício Goedert*. Florianópolis: FA-CASC, 2014. 407 p., 154 x 225 mm

*Alberto Beckhäuser, ofm\**

Lemos com prazer e bastante proveito esta obra em homenagem a Pe. Valter Maurício Goedert, presbítero da Arquidiocese de Florianópolis, professor do Instituto de Teologia de Santa Catarina, na passagem dos seus 70 anos. Uma típica obra coletiva, uma *Festschrift* na expressão alemã, preparada por um belo grupo pensante do Clero catarinense, com algumas contribuições de pessoas de fora do Estado. Temos 20 contribuições pessoais e uma “Homenagem da Associação dos Liturgistas do Brasil (ASLI) ao seu sócio-fundador Pe. Valter Maurício Goedert”.

Como é normal em obras coletivas deste tipo as contribuições são de valor diverso. Há, pois, contribuições de valor maior ou menor. Contudo, é admirável que a obra constitui o resultado de um trabalho de um grupo pensante em Teologia, Espiritualidade e Pastoral da Igreja em Santa Catarina.

Os artigos, capítulos ou temas giram em torno dos vários campos de ação do homenageado, ou seja, a atuação de Pe. Valter como Doutor em Sagrada Liturgia, Professor e Formador dos novos sacerdotes das dioceses de Santa Catarina, sobretudo em matéria de iniciação à Sagrada Liturgia. O Diaconado permanente foi outra atividade que marcou a história do Pe. Valter no âmbito da arquidiocese de Florianópolis, estendendo-se para o Estado de Santa Catarina, ao Brasil e à América Latina. Pe. Valter, no meio de tudo isso, é homenageado ainda como “poeta do cotidiano”.

Não é fácil fazer uma recensão de cada capítulo do livro por seu número e seu valor diferenciado. Por isso, vou tentar agrupar as contribuições conforme temática própria.

---

\* O recenseador é Doutor em Teologia Litúrgica e professor do Instituto Teológico Franciscano de Petrópolis. Esta recensão foi publicada originalmente na REB, Revista Eclesiástica Brasileira, de Petrópolis, RJ, vol. 75, n. 298, abr/jun. 2015, pp. 492-495. Nós a reproduzimos com a devida permissão.



## 1 O sacerdócio na Igreja

Encontramos no livro, belas e profundas abordagens sobre o sacerdócio na vida da Igreja sob os seguintes títulos:

– *Igreja Povo de Deus: O sacerdócio comum dos fiéis na vida da Igreja*, de Reginaldo Pereira.

– *Sacerdócio batismal, Eucaristia e Ministerialidade da Igreja*, por Vitor Galdino Feller.

– *Observações sobre a Identidade do Ministério Presbiteral*, por Carlos Rogério Groh.

## 2 Pastoral litúrgica

Um segundo bloco de contribuições trata da natureza e da prática da **Pastoral litúrgica**:

– *A Pastoral Litúrgica nas Comunidades. Serviço Necessário e Permanente*, pelo conhecido Liturgista e pastoralista Pe. Marcelino Sivinski. Apresenta uma bela síntese sobre a natureza, a importância e o conteúdo da Pastoral litúrgica.

– *O Anúncio da Palavra de Deus na Celebração Eucarística*, por Ewerton Martins Gerent. No fundo, trata de maneira interessante da Liturgia da Palavra na Celebração eucarística. Será de grande utilidade para as diversas funções na Liturgia da Missa, particularmente, dos leitores.

## 3 Abordagens técnicas de temas litúrgicos

O livro apresenta algumas pesquisas de valor sobre alguns temas litúrgicos. São abordagens bastante técnicas que poderão interessar a estudiosos e especialistas em Liturgia:

– *Oração Coleta da Vigília Pascal segundo o Missale Romanum 1975: Hermenêutica exegético-litúrgica das Palavras **Gloria** e **Spiritus**. A linguagem como reveladora do Mistério*, por Rafael Alex Lima da Silva. Trata-se da Tese “*ad Licentiam in Sacra Liturgia*” no Pontifício Instituto Litúrgico de Santo Anselmo em Roma. Apresenta um formidável aparato científico de pesquisa.

– “*Não para o Sacerdócio mas para o Ministério*”. **A fórmula restritiva (?) da Ordenação diaconal**, pelo conhecido teólogo exegeta



e músico a serviço da Sagrada Liturgia, Pe. Ney Brasil Pereira. O autor do Artigo analisa criticamente uma curiosa expressão usada tanto no Concílio Vaticano II (cf. *Lumen Gentium* 28 e 29a) como na Introdução Geral do *Pontifical das Ordenações* (n. 5 e 6) para distinguir a Ordem do Diaconado da Ordem do Episcopado e do Presbiterado. O A. do artigo se pergunta: “O que significa essa restrição, “não para o sacerdócio”, quando o sacerdócio fundamental é o do batismo, do povo “sacerdotal”, de todos os batizados e batizadas, segundo a Primeira Carta de Pedro (1Pd 2,9) e o Apocalipse (Ap 1,6 e 5,10)”? O problema está em saber em que consiste este ministério que nas origens consistia no serviço às mesas. Em todo caso, esta fórmula restritiva traz consigo uma série de questões sobre a verdadeira natureza do Sacramento da Ordem do Diaconado na Igreja.

#### 4 Temas em torno do Diaconado permanente

O livro apresenta uma série de temas de valor maior ou menor, sobre o Diaconado permanente. Ajudam certamente aos diáconos, aos presbíteros, aos bispos e aos fiéis em geral a tomarem consciência e a terem em devido apreço a natureza e a função do Diaconado na vida da Igreja hoje.

Vejamos os diversos Artigos:

– *Restauração do Diaconato Permanente: o Retorno às Origens*, pelo Diác. João Flávio Vendruscolo.

– *Alguns Aspectos do Ministério Diaconal*, pelo Diác. Juranir Rossatti Machado.

– *Configurados a Cristo para o Serviço: A Missão e Vocação do Diácono Permanente na Igreja*, pelo Pe. Wellington Cristiano da Silva. Trata especialmente da espiritualidade diaconal.

– *O Diácono a Serviço da Caridade*, pelo Diác. Djalma Lemos. Aborda também a espiritualidade do Diácono Permanente.

– *Diaconia e Profecia. A formação social dos diáconos em Santa Catarina*, pelo Pe. Vilmar Adelino Vicente. Apresenta todo um programa bem como um itinerário da formação social dos Diáconos em Santa Catarina.

Observamos que nas abordagens sobre a teologia e espiritualidade do Diácono permanente há muita repetição. Tivesse havido certo



planejamento quanto aos conteúdos de cada contribuição, certamente seria de grande proveito.

No conjunto das contribuições sobre o Diaconado senti falta de uma abordagem sobre a compreensão do ministério, ou da natureza do serviço prestado originariamente pelos diáconos conforme se descreve nos Atos dos Apóstolos (cf. Atos 6,1-6).

Tratando do Diaconado o Concílio Vaticano II diz: “Os Diáconos estão no grau inferior da hierarquia. São-lhes impostas as mãos “não para o sacerdócio, mas para o ministério”. Porquanto, fortalecidos com a graça sacramental, servem ao povo de Deus na diaconia da liturgia, da palavra e da caridade, em comunhão com o Bispo e seu presbitério” (LG 29). O Rito da Ordenação retoma este ensinamento com a mesma sequência: diaconia da liturgia, da palavra e da caridade” (Pontifical da Ordenação, Intr. Geral, n. 5).

Gostaria de compreender esta ordem da diaconia. Não seria normal, conforme a natureza do Diaconado, que em primeiro lugar aparecesse a questão da caridade, “o serviço das mesas”? Fato é que, mais ainda do que o Presbiterado, o Diaconado foi sendo sacralizado através dos tempos na Igreja. Os presbíteros foram confinados muitas vezes à sacristia e à igreja, eram ordenados somente para “celebrar Missa”, proibidos a pregar mesmo durante a Missa. Consta que entre os primeiros Diáconos já houve quem se dedicasse à pregação. Basta pensar em Estêvão e Filipe. Por outro lado, vemos que os grandes santos diáconos como Lourenço estavam engajados no serviço da caridade e na administração dos bens da Igreja. Mas, vemos que, muito cedo, os Diáconos foram largando este seu ministério originário e restringindo sua ação ao culto, ao serviço do altar. A pregação ficou em segundo plano, e o serviço da caridade desapareceu completamente com a restrição da Ordem do Diaconado como condição para o acesso ao Presbiterado. Daí minha pergunta: Hoje não deveria estar em primeiro lugar o serviço da caridade? Os Diáconos permanentes não deveriam exercer o seu ministério em primeiro lugar no campo da Pastoral social, da defesa dos direitos humanos, da promoção dos pobres e dos necessitados? Isso, sem excluir o aspecto da pregação e do culto nas comunidades onde eles atuam.

## 5 Temas “avulsos”

– *O Sacramento do Matrimônio: Separação conjugal com a permanência do vínculo. É possível?*, pelo Pe. Rafael Uliano. Talvez este tema



tenha sido introduzido pelo fato de a maioria dos Diáconos permanentes viverem em Matrimônio. Trata-se de um tratado de Moral e de Direito matrimônias por alguém que se mostra bem por dentro da matéria.

– *Exorcismo*, por Dom Manoel João Francisco. Aborda a temática da existência dos demônios e da Liturgia do exorcismo, conforme o novo *Ritual de Exorcismos e Outras Súplicas*. Tem certamente valor pastoral para um verdadeiro conhecimento e uma justa valorização da prática dos exorcismos na Igreja hoje por parte do Clero e dos leigos.

– *Domine, Donec Venias: A Parusia na Liturgia da Igreja*, pelo Pe. Deivide Tiago Tomasi.

## 6 Um aspecto particular na vida de Pe. Valter Maurício Goedert

– *Valter Maurício Goedert: Poeta do Cotidiano*, por Artêmio Zanon, advogado e escritor; membro da Academia São José de Letras, da Academia Desterrense de Letras e da Academia Catarinense de Letras. Apresenta a obra poética de Pe. Valter M. Goedert.

O livro se encerra com uma ampla Bibliografia: Livros e Artigos de Pe. Valter Maurício Goedert. Os livros versam, sobretudo, sobre a temática do Diaconado permanente no Brasil e na América Latina.

Estranha que o título do livro não traduz o seu conteúdo. Praticamente não se aborda a questão da “Nobre Simplicidade da Liturgia”, algo certamente praticado pelo homenageado, mas que não aparece nas diversas contribuições.

O livro constitui certamente uma justa homenagem a Pe. Valter Maurício Goedert. Apresenta-se também como valiosa contribuição para o enriquecimento do Clero e dos fiéis leigos, sobretudo, a respeito dos ministérios na Igreja, da sua vida sacramental e da espiritualidade, particularmente, no exercício do sacerdócio universal. É inegável sua contribuição para a Pastoral nas diversas Igrejas particulares.

*Endereço do Recenseur:*

Instituto Teológico Franciscano  
Rua Coronel Veiga 550 – Centro  
25655-151 Petrópolis, RJ/BRASIL  
E-mail: becoiser@itf.org.br



KÜNG, Hans. *Humanidad vivida*. Memórias (III). Madrid: Editorial Trotta, 2014 (trad.), 23,5 x 15 cm, 766 p.

Ney Brasil Pereira\*

Aquí está o III volume das memórias de Hans Küng, que completa a trilogia iniciada com o I volume, publicado em 2002, e continuada com o II volume, publicado em 2007. São volumes alentados, cada um ultrapassando 700 páginas. Todos, logo traduzidos do alemão para o espanhol, no prestigioso Editorial Trotta, de Madrid, que também traduziu e publicou a maioria das obras do autor<sup>1</sup>.

Da breve apresentação pessoal do volume, com o título de “Prestação de contas”, cito os parágrafos iniciais e os finais, cuja síntese está de certo modo reproduzida na contracapa: “A vida continua. Mas como?” Foi o que me perguntei a mim mesmo há três décadas, depois das semanas mais sombrias da minha vida. Hoje posso responder com uma só palavra: *Melhor*, do que então era previsível! O primeiro volume de minhas memórias, *Liberdade conquistada*, narra o período de tempo compreendido entre 1928 e 1968, com o concílio Vaticano II como ponto mais alto, do ponto de vista da teologia e da história da Igreja. O segundo volume, sob o título *Verdade controvertida*, apresenta os anos transcorridos entre 1968 e 1980, e toca fundo no fato de me ter sido retirada a licença eclesiástica de ensino. Como nesses dois volumes anteriores, tampouco neste terceiro e último volume, dedicado ao tempo que se estende de 1980 até agora, não se trata simplesmente de ‘memórias’ no sentido habitual do termo, mas de narração e reflexão ao mesmo tempo: da história do nosso tempo, de história da Igreja, da teologia das religiões, vivida por uma testemunha da época que é teólogo. ‘*Humanidade vivida*’, com todas as suas luzes e sombras” (p. 9).

Continua Küng: “Naturalmente, ao ver o título “Prestação de contas”, o leitor perguntará: A quem? Sobre minha vida privada, pessoal, certamente Àquele a quem se refere o apóstolo Paulo aos romanos: “*Assim, cada um de nós prestará contas de si mesmo a Deus*” (Rm 14,12). Sempre, porém, vivi e atuei como pessoa pública; amiúde tenho sido um

\* O recenseador é Mestre em Ciências Bíblicas e Professor da FACASC/ITESC, em Florianópolis, SC.

<sup>1</sup> Recentemente, saiu em italiano o conjunto dos três volumes num só, “condensados” em quase 1200 páginas, com prefácio especial do próprio autor: KÜNG, Hans. *Una battaglia lunga una vita. Idee, passioni, speranze. Il mio racconto del secolo*. Milano: Rizzoli, 2014. pp. 1171. O preço é convidativo: apenas 28 Euros.



teólogo ‘controvertido’; meus superiores eclesiásticos reiteradamente me pediram – mais, quiseram obrigar-me – a prestar contas; para muitos, personifico um caminho alternativo de ser católico. É compreensível, pois, que eu tenha interesse em que a visão hierárquico-oficial da Igreja a meu respeito não desfrute do monopólio sobre a historiografia e a opinião pública.

“De resto, afinal de contas, vejo meus últimos três decênios sob uma luz totalmente positiva. Experimentei *muita humanidade* no sentido mais verdadeiro da palavra e pude advogar, contra todas as formas de inumanidade, *a favor de mais humanidade no gênero humano*: a favor da unidade das igrejas cristãs, da paz entre as religiões, da comunidade de nações. E me é simplesmente grato constatar quanto se desenvolveu essa esperança, apesar da contínua luta, em minha vida e em minha ação. Eu não podia predizer que seria capaz de concluir esta ‘prestação de contas’ sobre os últimos trinta e três anos de minha vida, e ter-lhe posto ponto final é para mim uma graça imerecida. Entretanto, da condição humana faz parte igualmente a morte. Também com ela gostaria de confrontar-me neste meu último volume, em especial no Epílogo: também aqui, a verdade com veracidade! Tubinga, julho de 2013” (p. 11).

Confesso que sinto por Küng uma idiosincrasia que vem de longe, desde os anos em que fui seu contemporâneo dois anos mais jovem, nos bancos da Aula Magna da Universidade Gregoriana em Roma, na década de 1950, idiosincrasia que se transformou em simpatia constante<sup>2</sup>, desde a sua conferência sobre “Liberdade na Igreja”, em junho de 1963, na Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, EE.UU.<sup>3</sup>, pouco depois da primeira sessão do Concílio Vaticano II. Por isso mesmo, li com vagar, com gosto, com enorme proveito pessoal, as 760 páginas deste volume. O epílogo é um “canto de cisne” impressionante. Faria minhas, sem hesitação, quando chegar a minha hora, as belas palavras finais da Invocação que conclui o volume e toda a trilogia (pp. 704-706).

Mas devo comentar o livro. São doze densos capítulos, além da apresentação e do epílogo, capítulos porém subdivididos em inúmeros subtítulos, que facilitam e aguçam a leitura. É conhecido o estilo dos livros de Küng: relativamente fáceis de ler, com informações bibliográficas abundantes referendando o conteúdo, realmente prendem o leitor. Por isso mesmo, as reedições de seus títulos se multiplicam.

<sup>2</sup> Esta simpatia levou-me a recensar dois outros livros de Küng: sua breve história da Igreja, traduzida no Brasil em 2002, com o título “A Igreja Católica”, e sua apresentação do Credo, no livro “Ciò che credo”, de 2009, na tradução italiana de 2011. Ambas as recensões foram publicadas na REB e em “Encontros Teológicos”.

<sup>3</sup> Onde eu me encontrava, no final do meu 2º semestre de estudos de especialização em música naquela Universidade.



A simples menção dos títulos dos capítulos não dá uma ideia justa do seu riquíssimo conteúdo, mas, tratando-se de uma breve recensão, não posso estender-me além do razoável. O **primeiro capítulo** intitula-se “*Para novas margens*” (pp. 13-66), e inicia-se com a transcrição da carta autógrafa enviada ao papa João Paulo II em 25-8-1980, expressando o desejo, feito mais vezes, de um encontro ou, pelo menos, de um intercâmbio epistolar, carta que ficou sem qualquer resposta. Alguns subtítulos: “Desdobramento de forças: um ‘destino de herege?’”; “Um dossier com apelação ao Papa”; “Aliança com a ‘teologia política?’”... Reproduzo o início do subtítulo “A luta pela opinião pública”: “A inquisitorial ação em grande escala do papa e dos bispos contra mim – cujo ponto mais alto foi a leitura em todas as igrejas católicas da Alemanha daquele ‘sermão’ dos bispos alemães em 7-3-1980, do qual se imprimiram três milhões e meio de exemplares – não só pretendia marginalizar-me na universidade e isolar-me na Igreja católica e no movimento ecumênico, mas também devia ‘neutralizar-me’ na opinião pública. Por isso eu tive que fazer todo o possível para contrabalançar na opinião pública geral essa campanha de descrédito que ameaçava minha obra. De fato, em 1980 e 1981 pronunciei conferências a um vasto público em diferentes universidades alemãs”<sup>4</sup> (p. 32) Outros subtítulos: “Desagradável combate na retaguarda: quem está autorizado a examinar?”; “O espírito destrutivo da Inquisição continua soprando... no mundo inteiro”; “Campos conflitivos: as relações entre Igreja e Estado, por um lado, e entre psicologia profunda e exegese bíblica (Drewermann), por outro”; “A fundação Herbert Haag: ‘Pela liberdade na Igreja’”...

“Uma visão realista”, é o título do **segundo capítulo**, que começa com o moto em latim: *Spero unitatem ecclesiarum, spero pacem religionum, spero communitatem nationum*<sup>5</sup>. O subtítulo “Transformação do clima eclesial geral” começa com uma referência ao “antiecumênico” documento *Dominus Jesus*, do ano 2000, já precedido, segundo Küng, de um decreto da Congregação da Doutrina da Fé contra ele, em dezembro de 1979, no qual foram condenados três principais desideratos ecumênicos. E comenta: “À vista da nova política restauracionista do papa polonês<sup>6</sup>, recordo com nostalgia a década de 1960. Na época havia um papa italiano que, mais do que falar de ecumenismo, atuava em prol do ecumenismo e chamou a Roma teólogos que tinham sido destituídos, silenciados ou castigados de qualquer maneira: João XXIII. [...] Na

<sup>4</sup> Em nota, comprovando que tudo está documentado, constam os lugares e datas das referidas conferências.

<sup>5</sup> Traduzindo: “Espero a unidade das igrejas, a paz entre as religiões, a comunidade das nações”. Na p. 107, Küng explicita cada uma dessas esperanças.

<sup>6</sup> Desculpem o galicismo, mas “polaco”, aqui no Sul, soa a apelido depreciativo.



época, convidado por mim, o cardeal da Cúria romana, Augustin Bea, presidente do recém criado Secretariado para a Promoção da Unidade dos cristãos, veio à universidade de Tubinga, elogiou na aula magna os sucessos ecumênicos da chamada Escola Católica de Tubinga, e debateu com professores católicos e evangélicos” (p. 70).

Outros subtítulos: “A confrontação com o passado católico, imprescindível”; “O papa da restauração: Karol Wojtyła”; “O papa e a juventude católica”; “Viagens papais sem consequências ecumênicas”; “O dilema dos anglicanos”; “O diálogo com a Ortodoxia oriental, sem fruto”. Comentando o subtítulo “Devem ficar calados os teólogos?”, Küng responde: “Não. No cristianismo, a teologia possui a sua própria dignidade e responsabilidade” (p. 100) Mais: “Podem dar-se situações em que o professor de teologia se vê obrigado a assumir um papel profético. [...] E a teologia pode e deve ser, no cristianismo, a *justificação intelectual da verdade da fé cristã*” (p. 101).

O **terceiro capítulo** se intitula: “Incursoes em territórios desconhecidos”. O “novo”, diz Küng, sempre foi considerado difícil nas religiões, inclusive no cristianismo. “Os ‘renovadores’ são equiparados frequentemente a hereges, heterodoxos, inimigos da fé verdadeira, da Igreja e, com frequência, do Estado. Seduzidos pelo demônio e por suas próprias dúvidas, esses ‘descrentes’, pertinazes no orgulho e na obstinação, estão condenados com razão – afirma a ideologia oficial – à perdição e hão de ser perseguidos, difamados ou liquidados por todos os meios; em nossa época, não física, mas sim moralmente” (p. 109).

Alguns subtítulos: “O livro ‘*Deus existe?*’, êxito editorial também em inglês<sup>8</sup>”; “Primeiro projeto piloto: mudanças de paradigma na teologia”; “Teologia e Ciências da religião, unidas em Chicago”. Quanto às “crises”, Küng observa: “Tanto na teologia como na ciência da natureza existem três possíveis saídas da crise: uma, o novo paradigma proposto é absorvido pelo antigo; dois, a decisão se pospõe e o novo paradigma fica ‘guardado’; três, o novo paradigma é aceito, e com o tempo a inovação se consolida como tradição” (p. 122). A propósito, lembra um simpósio, realizado em Tubinga, em 1983, reunindo teólogos de Chicago, onde K. fora professor visitante, e teólogos da revista internacional *Concilium*, com vários convidados, somando setenta participantes, entre os quais Schillebeeckx, Moltmann, Geffré, Ricoeur, Habermas, Gutierrez, Boff, debatendo o tema: “Um novo paradigma de Teologia?” (p. 123).

<sup>7</sup> Itálico do autor.

<sup>8</sup> A edição americana, pela Doubleday, tem 839 páginas.



Outros subtítulos; “Segundo projeto piloto: a mulher e o cristianismo”; “Decepção sobre decepção”; “Terceiro projeto piloto: teologia e literatura”; “Quarto projeto piloto: religião e música”. Quanto à música, K. escreve: “Sempre que possível, a música acompanha minha trajetória vital e meu dia. Não só da religião, mas também da música extraio força interior, imaginação criadora e disciplinada perseverança” (p.147). A esse tema dedica nada menos de dez páginas do livro. Outro subtítulo: “Quinto projeto piloto: religião e ciência da natureza”; “A teoria da evolução e o relato bíblico da criação”; “*O princípio de todas as coisas*”<sup>10</sup>. Palavras finais do capítulo: “Pouco a pouco foi-se formando em mim, sobre uma base empírica, uma visão de conjunto sobre importantes problemas, e pouco a pouco fui tendo claro qual devia ser minha perspectiva específica: uma missão a mais universal possível das religiões e das civilizações” (p. 163).

“Minha década norteamericana” é o título do **quarto capítulo**. Na década de 1980, Küng passou vários semestres na América do Norte como professor visitante, e fez conferências em inúmeras cidades do semicontinente. Alguns subtítulos: “Estados Unidos convida”; “Universidade de Chicago: as obrigações de um professor visitante”; “A igreja estadunidense, domesticada”. A propósito, faz um confronto entre a recepção calorosa em 1963, quando o cardeal Cushing de Boston o apresentou a um público de três mil ouvintes e fez chegar a todo o seu clero o livro “*Estruturas da Igreja*”<sup>11</sup>, e o clima restauracionista na mesma arquidiocese com o Cardeal Law, que anos depois teve de exilar-se em Roma. Da mesma forma, em Chicago, o contraste entre o cardeal Meyer, um dos líderes da maioria conciliar progressista e, agora, o “reacionário” cardeal Cody. Outros subtítulos: “Uma oposição reformista”; “Líder da leal oposição?” A propósito, num programa de televisão de larga audiência, um telespectador lhe pergunta, sem rodeios: “O sr. é um herege?” Küng responde: “Não, não sou um herege, mas católico leal”. E acrescenta: “Não só é meu direito, mas também um dever, como teólogo católico, expressar, em nome de muitas pessoas, minha crítica bem fundada a determinadas situações que se dão na Igreja” (p. 180). Depois de um comentário sobre “Wojtyla e Reagan, comunicadores profissionais”, Küng fala da “nefasta herança do papa polonês e do presidente estadunidense” (pp. 185-186). Ainda nos EE.UU., surge a ideia de um programa televisivo sobre as religiões mundiais, com o título “*Em*

<sup>9</sup> “*Música e religião*” é o título de um dos livros de Küng, com o subtítulo “Mozart, Wagner, Bruckner”. Publicado em 2006, foi traduzido para o espanhol (Editorial Trotta) em 2008.

<sup>10</sup> Com esse título, Küng publicou um livro em 2005, traduzido no Brasil por Vozes (?).

<sup>11</sup> Publicado por Küng no ano anterior, em 1962, pouco antes do início do Concílio.



*busca de nossas pegadas*”. Isso implicava todo um estudo acurado das religiões e culturas, para depois apresentá-las cinematograficamente, o que se tornou realidade na década de 90. Resultado impresso desse trabalho foi um volume ilustrado com fotos originais, tendo por título: “Em busca de nossas pegadas. A dimensão espiritual das religiões do mundo” (1999). Propondo uma “teologia para a posmodernidade”, escreve: “Tive de perfazer meu caminho mediante o confronto com diferentes tradições cristãs e não cristãs, a fim de chegar a uma teologia verdadeiramente ecumênica, como já anunciei na primeira aula que dei depois da retirada da minha *missio*: um caminho por um lado *ad intra*, concentrado para dentro nas igrejas cristãs, e por outro *ad extra*, orientado para fora, para as grandes religiões” (p. 194). Outros subtítulos; “Um audaz experimento de diálogo”; “Uma incomparável oportunidade de aprendizado”; “Da disposição ao diálogo faz parte também a firmeza”.

A propósito, escreve: “Nunca me haveria ocorrido exigir de meus interlocutores judeus ou muçulmanos que, por causa do diálogo, renunciassem a orientar-se fundamentalmente pela Torá ou pelo Corão. Da mesma forma, era de esperar que ninguém me pedisse que eu, como cristão, renunciasse a guiar-me fundamentalmente por Jesus” (p. 199).

Título do **quinto capítulo**: “Meu mundo do Islam”. Lembrando que, na década de 80, dedicou-se intensamente ao estudo das religiões, Küng pergunta-se: “Como posso conseguir uma visão geral e uma compreensão suficientes para ser capaz de dialogar com elas? Como devo entender e ordenar intelectualmente para mim esta desconcertante multiplicidade de religiões, confissões e denominações, multidão de seitas, grupos e movimentos religiosos, esta dificilmente discernível coexistência, entrelaçamento e contraposição de fenômenos tão diversos?” (p. 207) E fala de um “esforço de anos, mesmo décadas, não só sentado à escrivaninha mas também *in loco*, antes de atrever-me, com o tempo, a apresentar uma visão de conjunto”. Refere-se também a “uma primeira trilogia sobre a religião cristã na década de 70: “*Ser cristão*” (1974), “*Deus existe?*” (1978), e “*Vida eterna?*” (1982), após a qual sentiu-se “preparado para o diálogo com as outras grandes religiões: não na tradicional atitude defensivo-apologética, mas como resposta ao desafio que representam, acompanhando-a também de perguntas críticas dirigidas a elas”. Assim, nos anos 90 e na primeira década do novo milênio, pôde “terminar uma segunda trilogia, esta vez sobre as três religiões abraâmicas, assim como a série de televisão em sete capítulos ‘*Em busca de nossas pegadas*’ sobre as sete grandes religiões” (p. 208).

Alguns subtítulos: “Experiências com o multiforme Islam”; “É o Alcorão palavra de Deus?”; “Diálogo interreligioso na prática: Paquistão”; “Primeiros diálogos interreligiosos na era Komeini: Teheran”;



“Discussão sobre o Filho de Deus, na Nigéria”; “O despertar do Islam”. Destaco a participação de Küng em um “colóquio abraâmico” em Corodoba, coordenado por Roger Garaudy, em fevereiro de 1987 (p. 236).

Outros subtítulos: “Entre a Idade Média e a modernidade: Arábia Saudita”; “Um Islam com transfundo místico: Indonésia”; “O laboratório da democracia islâmica: Turquia”. Cito a conclusão do capítulo: “Condição *sine qua non* de um verdadeiro diálogo é ter informação sobre o outro. E a informação leva por regra geral a uma interpelação recíproca. E esta interpelação, se acolhida de maneira correta, conduz finalmente à transformação de uns e outros” (p. 252).

Título do **sexto capítulo**: “Meu mundo do judaísmo”. Cito o início do capítulo: “Para mim, como teólogo cristão, o judaísmo é tão fundamental que, no meu livro *Ser cristão* (1974), não o enquadro simplesmente no horizonte das grandes religiões. Pois sou consciente de que o judaísmo constitui o solo fecundo do qual brotou o cristianismo. Jesus, sua família, seus discípulos, suas orações, sua Bíblia, seu culto a Deus eram, sem exceção, judeus. E judia era também a comunidade primitiva. Sem judaísmo não haveria cristianismo. Não obstante, também tenho claro que entre judeus e cristãos reinou a inimizade, quase desde o princípio”<sup>12</sup> (p. 253).

Alguns subtítulos: “O que nos une”; “O que nos separa”; “O que poderia reconciliar-nos”; “A fé *de* Jesus e a fé *em* Jesus”; “Na sinagoga, como teólogo cristão”.

Na p. 273, Küng se refere elogiosamente à “monumental história da Bíblia hebraica” de Norman K. Gottwald<sup>13</sup>, que ele estudou num semestre em Houston, e lhe revelou “aspectos totalmente novos da história de Israel”. Outros subtítulos: “Jesus, um fariseu liberal?”; “Nenhuma nação inocente”; “O trágico conflito entre israelenses e palestinos”; “Só uma paz justa pode dissipar o medo”. Para concluir o capítulo, Küng cita com força o comentário que ele fez no dia 15-06-1998, na praça de Tel Aviv onde fora assassinado em 1995 o primeiro ministro israelense Isaac Rabin, que propugnava pela paz: “Minha esperança é que o judaísmo introduza nesta nova era seu poderoso *legado religioso e ético*. Porque não há outro povo que disponha de algo tão substancial e de tanta relevância para uma futura *ética comum da humanidade* como justamente o judaísmo, com seus *dez mandamentos*. [...] Este ‘abecê do

<sup>12</sup> Veja-se a passagem duramente “antissemita” de Paulo, já no primeiro escrito do Novo Testamento: 1Ts 2,14-16.

<sup>13</sup> De GOTTWALD, nossa editora Paulus traduziu e publicou a grande e discutida obra “*As tribos de Jahweh*”, lançada nos EE.UU. em 1979 e, depois, a mencionada “*Introdução socioliterária à Bíblia Hebraica*”.



comportamento humano<sup>14</sup> há de ter especial vigência para a política e a economia mundiais na época da globalização. De fato, sem uma ética mundial, a política mundial e a economia mundial correm sério perigo de acabar num caos global” (p. 296).

Ao iniciar o **capítulo VII**, intitulado “O mundo dos oceânicos, africanos e indígenas (americanos)”, Küng cita a resposta do indígena inculturado Luis Evelis Andrade, da Colômbia, às palavras de Bento XVI em Aparecida, em 13-5-2007, sobre o “anelo silencioso das tribos pela chegada do Evangelho na esteira da conquista espanhola”: “Não podemos aceitar que a Igreja pretenda negar sua responsabilidade na aniquilação de nossa identidade e de nossa cultura”(p. 297). Alguns subtítulos: “O mundo dos espíritos de Nova Guiné”; “Os controvertidos inícios da religião”; “África, o berço da humanidade”; “Etiópia: um paradigma judeucristão clandestino?”; “Confronto ou encontro entre cristianismo e Islam?” “A ambivalência da missão moderna”.

Tratando das “Igrejas africanas independentes”, Küng menciona a ‘inflamada resistência dos negros’ à colonização europeia, sobretudo na África do Sul e afirma, surpreendentemente para nós, latinoamericanos: “Aqui, e não na América latina, encontram-se *os inícios da práxis e da teologia cristã da libertação*” (p. 323). A propósito do *apartheid* e da miséria que fomenta, insistiu, em várias conferências na África, na década de 80: “Nenhum ser humano deveria viver como vivem essas pessoas. É um grande escândalo. O *apartheid* deve desaparecer... embora não pela violência...” (cf. p. 327). No subtítulo “O melhor cardeal que a África nunca teve”, Küng recorda a figura excepcional do arcebispo católico Denis Hurley, com firme atuação ao longo de seus 50 anos de episcopado. Sua biografia, publicada em 2009, tem por título: “Guardião da luz. Denis Hurley: renovador da Igreja, opositor do *apartheid*”.

Outros subtítulos: “Um fracasso também do marxismo: Moçambique”; “Uma pacífica transmissão de poder: Namíbia”; “A democracia se impõe: Nyerere”; “América latina: o problema da inculturação do cristianismo”; “O trágico destino da cultura indígena”. A propósito da conquista hispano-portuguesa na América, assim escreve Küng: “Hoje não se pode deixar de reconhecer que essa conquista, com a qual esteve aliada a evangelização cristã, representou para as culturas índias latinoamericanas uma enorme comoção, uma violenta destruição, escravização e depauperação, em uma palavra, uma *catástrofe* absoluta, da qual, junto com os conquistadores também os missionários, junto com o Estado também a Igreja, junto com os soberanos católicos também os papas, foram responsáveis. Os ricos adornos de ouro nas

<sup>14</sup> Segundo Küng, expressão de Thomas MANN.



igrejas espanholas e o teto da basílica romana de Santa Maria Maior assim no-lo recordam” (p. 344).

Outros subtítulos: “Não existe um paradigma indígena de cristianismo”; “É necessária uma confissão de culpas por parte da Igreja”; “Duradoura atualidade da teologia da libertação?” Küng não deixa de comentar o mártir Dom Romero, “desautorizado por Roma como Dom Hélder”, o “carismático e socialmente comprometido arcebispo brasileiro”, e cita uma pesada condenação de Ratzinger por Leonardo Boff, “meu amigo” e “ainda hoje combativo teólogo da libertação brasileiro” (cf. p. 350). Em 1985, na visita de João Paulo II aos Andes bolivianos, alguns líderes indígenas dos Aymaras e do Quechuas entregaram ao papa uma carta, com a qual lhe “devolviam a sua Bíblia” que, “no decurso de cinco séculos não nos trouxe amor nem paz nem justiça”... (p. 351).

“Meu mundo das religiões da Índia” é o título do **oitavo capítulo**, que começa com uma citação do Rigveda: “*Ao que é um, os poetas lhe dão múltiplos nomes*”. Alguns subtítulos: “O relacionamento com os defuntos”; “As vacas sagradas”; “Politeísmo ou monoteísmo?”. A propósito dos “*Sannyasin* cristãos”, escreve: “Importantes para minha compreensão da religiosidade hindu foram os cristãos que na própria Índia se esforçam ativamente pela inculturação, o diálogo interreligioso e o ecumenismo. Já em minha primeira viagem à Índia participei em Calcutá em uma eucaristia celebrada com o rito hindu pelo jesuíta belga Pe. Fallon. [...] A inculturação levanta, evidentemente, perguntas complexas. Referentes ao rito: pode-se usar pão de arroz em vez de pão de trigo e mosto em vez de vinho? Também referentes à fé: pode-se expressar a cristologia em categorias hindus em lugar da linguagem dos concílios helenísticos? Na centralista Roma se veem com desconfiança todos esses esforços; não poucas vezes, suspeita-se deles como heresias” (p. 360).

Outros subtítulos: “As origens do hinduísmo”; “O hinduísmo medieval”; “O hinduísmo no processo de modernização”. Comentando a “Conferência Indira Gandhi” em Delhi, da qual participou como convidado em 1997, Küng escreve: “As poderosas personalidades políticas de Indira Gandhi (vítima de um atentado em 1984) e, depois, de sua nora Sônia Gandhi, contribuíram, com seu exemplo, para que atualmente um terço do povo hindu esteja governado por mulheres como primeiras ministras dos Estados da União” (p. 373). A seguir fala de uma necessária “complementação” da Declaração dos *Direitos* Humanos, de 1948, por uma “Declaração Universal dos *Deveres* Humanos”, proposta pelo “InterAction Council”<sup>15</sup>. E comenta: “À luz do cenário global emergente, há uma urgente necessidade de contrapesar a preocupação pelos direitos

<sup>15</sup> Organismo internacional criado em 1983, constituído de ex-chefes de Estado.



humanos com uma acentuação análogo das responsabilidades – deveres! – humanas” (p. 375).

Passando a tratar do Budismo, escreve Küng: “Mui raramente na história religiosa da humanidade se dão momentos em que um personagem de grande força espiritual sobe à corrente de uma religião e, através da palavra, da ação e do destino, a conduz a uma nova direção. Entre esses raros personagens se encontra Buda” (p. 376).

Alguns subtítulos: “O Buda histórico”; “Que budismo é o verdadeiro?”; “Mudanças radicais no budismo, que marcaram época”; “Budistas comprometidos”; “O budismo moderno no Japão”; “Três opções budistas”. Comentando o tema “reformas no budismo”, K. cita o artigo de fundo do *Bangkok Post*, assinado pela redatora, budista, que comentou com admiração o gesto do primeiro lava-pés do papa Francisco, em 2013, apontando-o como “exemplo para todas as religiões” e contrapondo-o à situação do clero budista: “Aqui não há nem sinais de que o clero queira renunciar à riqueza e à comodidade, a fim de realmente seguir o caminho de Buda, na simplicidade e na abnegação” (p. 399). Mostrando a “contribuição budista a uma ética mundial”, K. a centraliza na exigência de cada indivíduo percorrer o caminho por si mesmo, exercitando-se na *abnegação*. Essa é “a condição para mostrar, a todos os seres vivos (não só aos humanos): em vez de rechaço e delimitação, ilimitada *benevolência*; em vez de frieza e falta de sensibilidade, onímoda *empatia*; em vez de inveja e ciúmes, *alegria partilhada*; e, finalmente, constante *serenidade*”. E termina citando o texto do Vaticano II sobre o budismo, na Declaração *Nostra Aetate*, n. 2 (p. 400).

Título do **nono capítulo**: “Meu mundo das religiões da China”. É significativa a introdução da conferência feita por K. em Pequim em 2009, na abertura do 2º congresso internacional de sinólogos: “De modo algum pretendo ser um sinólogo que deseje ensinar a vocês algo sobre a ética chinesa tradicional. Por outro lado, tampouco sou um missionário que aspire a convertê-los a determinada religião, seja antiga, seja nova. Falhes simplesmente como *scholar*, como homem de letras, como filósofo e teólogo cristão que tem estudado e admirado a história da cultura da China, tanto em livros como em visitas pessoais, desde que em 1964 pisei o solo chinês pela primeira vez, há muitos anos, sempre propondo o diálogo das religiões e defendendo uma ética global” (pp. 401-402).

Alguns subtítulos: “Experiências com a viva religiosidade chinesa”; “Uma terceira ‘bacia’ religiosa”; “Ao mesmo tempo chinês e cristão: “o papa amarelo?”. Refletindo sobre a possível superação do cisma chinês, K. pensa que, considerando o fato de serem cerca de 12 milhões os membros da “Igreja patriótica”, enquanto sobrevive com tantas dificuldades a “Igreja clandestina”, deveria haver mais flexi-



bilidade da Santa Sé em relação às exigências do governo chinês, e “ambas as Igrejas deveriam reconciliar-se entre si, e reconciliar-se uma com Roma e a outra com a Revolução chinesa, dando ao mundo um testemunho do amor cristão e ao mesmo tempo de realismo na práxis política” (cf. pp. 412-413).

Outros subtítulos: “O Projeto Ética Mundial e a tradição chinesa (1989)”; “As religiões chinesas no documentário (1999)”; “Que ética tradicional chinesa tem futuro?”; “A China, imersa num processo de mudança radical”. Sobre Mao-Tse-Tung, assim escreve K.: “Na China, sem dúvida, o ditador Mao nunca será equiparado, como com frequência se faz no Ocidente, aos ditadores Stalin ou Hitler, os quais, como se sabe, deixaram praticamente só destruição atrás de si. Afinal de contas, é a Mao que a China deve a libertação em relação às potências coloniais e a unificação e renovação interior, de tal modo que até agora o seu retrato assoma não somente sobre a porta de entrada da ‘Cidade Proibida’ em Pequim, senão também em lugar de honra em muitas casas de família” (p. 428).

O capítulo décimo focaliza o sonho e a proposta que marcam a vida de K.: “*O projeto Ética Mundial: uma Ética para a humanidade*”. Alguns subtítulos: “Trabalhos preparatórios para o Projeto”; “Uma Europa cristã?”; “Em caminho para o Segundo Parlamento das Religiões do mundo (1993)”; “O que não deve ser uma declaração sobre ética mundial”; “Como surgiu a declaração de ética mundial”. Depois de lembrar que o Projeto surgiu com o estímulo da queda do muro de Berlim, em novembro de 1989, K. recorda a data da “Declaração de Chicago”, em 4-9-1993, redigida após consulta a mais de cem personalidades de todas as grandes religiões. E observa: “O que não admite discussão é que a *declaração* de uma ética mundial ainda não é a sua *realização*. Semelhante declaração é meio para um fim. E dos esforços que se levem a cabo nos diversos países dependerá o quanto da sua realização” (p. 459). Dois anos mais tarde, em 1995, de repente, um desconhecido conde de Baden-Baden, tendo ouvido falar do Projeto, oferece uma régia quantia de mais de três milhões de marcos para uma Fundação, beneficiando o Projeto, oferta que K. classifica de “presente do céu”.

Outros subtítulos: “Ética mundial e educação”; “Ética mundial e literatura, filosofia e arte”; “Ética mundial e música: a Sinfonia coral *Weltethos*”. A propósito dessa sinfonia, estreada com grande sucesso em outubro de 2011, em Berlim, com a Filarmônica da capital<sup>16</sup>, lembro-me de outra sinfonia coral, com texto em francês do nosso Dom Helder, música de Pierre Kaelin,

<sup>16</sup> Segundo KÜNG, que preparou o texto, essa sinfonia, em 6 movimentos, com música de Jonathan Harvey, celebra o “comum legado ético da humanidade”, transmitido pelas seis principais tradições religiosas: a chinesa, a hindu, a budista, a judia, a cristã, e a muçulmana (cf. p. 467).



composta em 1962 e estreada na Bélgica: a “Sinfonia dos dois mundos”. Em 1997, K., mesmo “tendo consciência de não ser político nem economista”, publica um livro ambicioso, intitulado “*Ética mundial para a política e a economia*”, fruto “do muito que recebeu de outros” (p. 469).

Outros subtítulos: “Nem *realpolitik* nem mera ética de convicções; Jimmy Carter”; “O primado da ética sobre a economia e a política”; “Um pioneiro da ética mundial: Helmut Schmidt”; “A ética mundial na ONU”; “Um dia terrorífico com consequências de grande alcance”, o 11 de setembro de 2001; “Ética mundial também no FMI e no Banco Mundial”; “Recaída no paradigma agonístico de política internacional”. Quando estava para consumir-se a nefanda invasão do Iraque, no início de 2003, K., valendo-se de sua amizade pessoal com o Primeiro Ministro britânico, Tony Blair, tentou dissuadi-lo, por carta pessoal, de aliar-se aos EE.UU., mas em vão. Com tristeza, avalia o fato “uma tragédia para um político tão dotado e, a princípio, tão credível” (p. 499).

Tema do **capítulo onze**: “Um problema permanente: a reforma da Igreja”. Como abertura para este capítulo, K. cita a *Lumen Gentium*, n. 8: “A Igreja encerra em seu próprio seio a pecadores e, sendo ela ao mesmo tempo santa e necessitada de purificação, avança continuamente pela vereda da penitência e da renovação”. E confessa: “Para mim, os problemas do mundo e os da Igreja estão unidos. Sei, por certo, que os problemas do mundo são muito mais opressivos que os problemas da Igreja, que o ecumenismo mundial é muito mais importante que o ecumenismo eclesial, e que a paz do mundo é muito mais premente que a paz entre as Igrejas. Mas ao mesmo tempo estou firmemente convencido de que as propostas eclesiais para a solução dos grandes problemas do mundo não serão convincentes enquanto se deixarem de lado as soluções dos grandes problemas eclesiais” (p. 509). Isto explica esta obsessão pela luta de K. pela reforma da Igreja, a Igreja católica, da qual ele constantemente se tem confessado membro e ministro fiel<sup>17</sup>.

Alguns subtítulos: “O *Credo* explicado aos contemporâneos”<sup>18</sup>; “O papa mais contraditório do século XX”; “Os católicos poloneses,

<sup>17</sup> A propósito, lembro-me de uma sua conferência, gravada em fita K-7, do início da década de 70, no meio da tempestade provocada por seu questionamento da Infallibilidade. Título da palestra: “*Warum bleibe Ich in der Kirche*” (Por que permaneço na Igreja). O título de um de seus últimos livros, publicado em 2011, e logo traduzido em várias línguas, é uma interpelação: “*Ainda se pode salvar a Igreja?*” Desse livro ele mesmo declarou que “teria preferido não ter de escrevê-lo” (cf contracapa da edição italiana da Rizzoli, 2011, com o título “*Salviamo La Chiesa*”).

<sup>18</sup> Título de um curso de verão em Tubinga, em 1991, com casa cheia (600 lugares), retomado no livro “O que eu creio”, de 2009. Cf. minha recensão desse livro, nesta revista.



em perigo”; “Irlanda, imersa numa mudança radical”; “O conclave domesticado (2005)”; “Critérios para a eleição papal: uma carta aos cardeais”<sup>19</sup>; “A eleição de Joseph Ratzinger: uma imensa decepção”; “Um fato sensacional: Bento XVI convida a seu crítico”<sup>20</sup>; “Primeiras decepções: Ratisbona, Istambul, Constantinopla, Aparecida, Washington”; “Cinco anos de Bento XVI. Um balanço provisório: carta aberta aos bispos católicos de todo o mundo (2010)”. A longa carta, cujo texto integral se encontra nas pp. 573-579, não teve ressonância, segundo o próprio K.: “Aflige-me afirmar: nenhum dos quase cinco mil bispos se atreveu a manifestar-se, nem verbalmente nem por escrito, nem em público nem em particular, nem a favor nem contra. A resposta foi um grande silêncio! Como se explica isto? [...] O episcopado, em tempos do Concílio tão amigo de vivos debates e com tanta iniciativa, converteu-se num *aparato eclesial dócil e burocrático*... no qual ninguém se atreve a expressar uma opinião divergente” (p. 579).

Outros subtítulos: “Herança deixada para o sucessor: ‘putinização’, re-italianização, maquiavelismo”; “Declive da teologia católica?”; “O que deve permanecer”; “A figura diretriz de toda reforma da Igreja: *Jesus*<sup>21</sup> (2012)”. O último subtítulo é uma pergunta: “Uma voz que clama solitária no deserto?”. A propósito, K. escreve: “Se olho para trás na minha vida, posso e devo perguntar-me: O que consegui na realidade? Que fruto deram, finalmente, todos os meus esforços pela reforma da Igreja? [...] Apesar de ser oficialmente desautorizado, pude conservar a cátedra e o Instituto e, uma vez aposentado, pude criar uma Fundação própria e manter assim minha equipe de colaboradores altamente qualificados. De minha família e do círculo íntimo dos colaboradores e colaboradoras experimentei tanta fidelidade, solicitude e amor que, visto tudo em conjunto e apesar de algumas horas e dias solitários e difíceis, tive a sorte de viver uma vida feliz”. [...] Conclusão do capítulo: “Assim, continuo tão convencido como nunca de que o sistema medieval romano não tem futuro algum e que antes ou depois será necessário renunciar a ele pelo bem da sobrevivência da Igreja católica. Quem viver, verá. O tempo dirá!” (p. 597).

<sup>19</sup> O texto da longa carta está reproduzido nas pp. 541-547.

<sup>20</sup> Nas pp. 551-563 estão os textos da carta de K. ao papa, a resposta de Bento XVI, a entrevista em Castelgandolfo, em 24-9-2005 e, dois dias após, o comunicado de imprensa comum.

<sup>21</sup> Com esse título, o último livro de K., publicado em 2012 (trad. espanhola, da Trotta, em 2014), de certo modo contrapõe-se ao “*Jesus de Nazaré*” de Ratzinger, em três volumes, o primeiro dos quais saiu em 2007. Escreve K.: “Ratzinger apresenta uma imagem de Jesus fortemente divinizada; quanto a mim, realço o Jesus histórico e o seu muito perigoso conflito com a hierarquia religiosa do Templo e a piedade farisaica” (p. 593).



“No entardecer da vida”: é o título do **capítulo doze**. Com bom humor, K. inicia citando a frase de um amigo idoso: “Em geral as coisas me vão bem; os achaques da idade<sup>22</sup>, ainda melhor” (p. 599) Alguns subtítulos: “Despedida do esqui alpino...”; “Ética desportiva mundial”<sup>23</sup>; “Vivências da agonia: uma olhada para o outro lado?”; “Vida eterna: a alternativa”; “Sim à vida eterna”<sup>24</sup>; “Argumentação a favor da responsabilidade pessoal também na hora de morrer”<sup>25</sup>; “Dias de comemoração e agradecimento”; “Que é vaidade?”; “A obra”. Sobre suas aspirações, assim escreve: “Como prosseguirá minha causa depois de mim? A esta pergunta, respondo pragmaticamente: estou na afortunada situação de presidir uma *fundação* com muitos amigos que levarão adiante minha causa, se sentem comprometidos com minha herança intelectual, e a manterão viva e a desenvolverão mesmo quando eu não estiver mais aí. É uma fundação pequena, mas com um programa que visa o futuro: goza de crescente aceitação para além do âmbito da Universidade, da teologia e da religião. Dispõe de um amplo perfil operativo e em 2013 conta com uma exitosa história de dezoito anos que não tem similar. Por isso, estou contente. A esta Fundação Ética Mundial para a investigação, a formação e o encontro intercultural e interreligioso legarei minhas propriedades materiais e intelectuais” (p. 633).

Outros subtítulos: “Agradecido pela humanidade vivida”; “Apoio na família”; “Para a frente com as últimas forças”. Nesse ponto, na p. 643, K. escreve: “Eu poderia terminar aqui minha autobiografia, acrescentando talvez alguns belos episódios relacionados à comemoração dos meus 80 e, mais recentemente, dos meus 85 anos. Outros interromperam suas memórias surpreendentemente mais cedo<sup>26</sup>. Por que, então continuar?” E responde, na p. 646: “Espero não meter-me em nenhuma grande

<sup>22</sup> A propósito, a foto n. 46 do livro, imediatamente antes da p. 545, mostra um Hans Küng realmente envelhecido, com a legenda: “No entardecer da vida, 2013”.

<sup>23</sup> Vejam, como amostra: “O *direito desportivo*, até duas ou três décadas atrás, algo sumamente simples, tornou-se entretanto cem vezes mais detalhado e complexo. Pois no esporte está em jogo, hoje mais do que nunca, muito – e alguns chegam a dizer: desmesuradamente muito – dinheiro!” (p. 604)

<sup>24</sup> Quanto à sua fé na vida eterna, sobre a qual publicou um livro em 1982, escreve: “Em todos estes anos, não mudei minha convicção fundamental. Confesso, porém, que os novos telescópios e as investigações nas imensas, obscuras e vazias extensões do cosmo, com milhares de milhões de estrelas, não me têm tornado precisamente fácil esta fé” (p. 613).

<sup>25</sup> Sobre esse tema, K. publicou um livro, em colaboração com Walter Jens: “*Morrer com dignidade: argumentação em favor da responsabilidade*”: 1ª edição em 1995, 2ª edição, ampliada, em 2009.

<sup>26</sup> Como Ratzinger, que encerrou sua breve autobiografia aos 50 anos (1927-1977): tradução brasileira por Paulinas, 2006, com o título “*Lembranças da minha vida*”.



“enrascada”<sup>27</sup> se eu continuar falando sobre o final da minha vida e sobre as ‘últimas coisas’, os novíssimos, com aquela veracidade que o diabo – ‘o pai da mentira’ (Jo 8,44) – teme tanto como à água benta, pois a veracidade traz a verdade à luz”. Desenvolvendo o subtítulo “Presságios da morte”, K. entra em detalhes dos sintomas do rápido envelhecimento, inclusive do *Parkinson*, e diz que “cultiva conscientemente a *disciplina da velhice*” (p. 649). Depois de relatar que fez questão de demitir-se antecipadamente da presidência de três fundações, com as quais porém continuou ligado como presidente honorário, comenta a pergunta: “Quanto tempo me resta de vida?” (pp. 651-652). A propósito, defende, naturalmente também para ele, a tese de “morrer com dignidade”, assumindo “em concreto a responsabilidade sobre si mesmo”. E isso, insiste, a partir da fé e da confiança em Deus. Belamente discorre sobre “como gostaria de morrer” (p. 655), indicando músicas, como o “Jesus alegria dos homens” de Bach e o *adágio* da última grande obra orquestral de Mozart, o concerto para clarinete KV 622, e também textos como o do eremita São Nicolau de Flue (séc. XV), patrono da Suíça: “*Meu Senhor e meu Deus, tira-me tudo o que me distancia de ti. / Meu Senhor e meu Deus, dá-me tudo o que me aproxima de ti. / Meu Senhor e meu Deus, separa-me de mim e entrega-me totalmente a ti*” (p. 658).

Segue um relativamente longo **Epílogo** (pp. 661-706), motivado por novos acontecimentos, especialmente pela demissão de Bento XVI, em 11 de fevereiro, e a eleição do papa Francisco, em 13 de março de 2013, acontecimentos que afetaram o futuro da Igreja, por cuja reforma K. insistentemente se bateu. Alguns subtítulos: “A inesperada demissão do papa”; “Conclave e eleição de um candidato surpresa”; “É o papa Francisco um paradoxo?”<sup>28</sup>; “Um sinal de esperança desde Roma”<sup>29</sup>; “Meu legado de ética mundial”<sup>30</sup>; “Terminada a carreira”<sup>31</sup>. Segue o último subtítulo: “Meu amém último”, o epílogo do “Epílogo”.

<sup>27</sup> Literalmente, em espanhol: “*un grande llo*”...palavra difícil de traduzir, que o papa Francisco usou na sua fala aos jovens, na JMJ do Rio de Janeiro: “façam muito barulho”, ou seja, “não fiquem quietos”...

<sup>28</sup> Sobre esse tema K. pronunciou uma conferência em Lucerna, em 14-4-2013, texto logo publicado em vários jornais da Europa, e aqui reproduzido na íntegra (pp. 668-676).

<sup>29</sup> O “sinal de esperança” é o cartão manuscrito do papa Francisco (reproduzido fotograficamente), em pronta resposta à carta que K. lhe escrevera a 14-5 e cujos termos, especialmente a assinatura – *fraternalmente, Francisco* – “sem cruzinha e sem o pontifício PP” (p. 678), foram particularmente amistosos e fraternos.

<sup>30</sup> Expresso também num longo discurso de despedida, pronunciado em Tubinga, em 22-4-2013, e aqui reproduzido (pp. 679-693).

<sup>31</sup> Com esse subtítulo, K. introduz o terceiro dos seus “discursos de despedida”: este, sobre “a fé dos compositores”, pronunciado no Festival de Lucerna em 8-8-2012, antes do concerto que apresentou o *Requiem* de Mozart. Com esse fundo musical,



Cito: “Assim, pois, cheguei felizmente ao final de meus três volumes de *Memórias*, que se converteram numa *Apologia pro vita mea*<sup>32</sup>, uma ‘prestação pública de contas sobre minha vida’. Não se trata de autojustificação: a justificação por pura graça posso esperá-la de outra instância superior. [...] Considero que cumpri minhas grandes tarefas, tenho bom ânimo, não padeço depressão alguma, e estou disposto a partir qualquer dia. [...] Tenho boas razões a favor da minha fé e, em consequência, uma serena e profunda certeza. Tudo isto é, inequivocamente, a última grande audácia da liberdade: se confio em Deus, mantenho-me livre quanto a todos os poderes e instâncias finitos que não são Deus. Meu sim incondicional, meu *amén* último, digo-o unicamente Àquele em quem, ao longo de toda a minha vida, depus a minha confiança: ‘*Em ti, Senhor; espero; não serei jamais decepcionado*’ (Sl 71,1)” (pp. 702-704). O livro termina com belíssima invocação a Deus, expressa “na linguagem dos homens de hoje”. Cito o último parágrafo: “Também o futuro, deixo-o com serenidade e confiança em tuas mãos. Sejam muitos anos ou apenas algumas semanas mais, comprazo-me com cada novo dia que me é presenteado, e a ti entrego, Senhor, cheio de confiança, sem preocupação nem medo, tudo o que ainda me aguarda. Pois, assim como és o começo do começo e o centro do centro, assim também és o final do final e a meta das metas. Dou-te graças, meu Deus, pois tu és amável, e tua bondade dura eternamente. Amém. Assim seja” (p.706).

Devo terminar esta recensão, certamente longa<sup>33</sup>. Procurei sintetizar o mais que pude o riquíssimo material teológico, histórico, humano, contido nestas *memórias* excepcionais. Abstive-me de emitir juízos sobre as posições do autor, muito claras, marcadas pela honestidade intelectual, certamente não “*infalíveis*”, é claro, mas corajosas, verazes. Estou convencido de que devemos muito a Hans Küng, a suas ideias e seus ideais, tanto dentro da Igreja como no diálogo com as religiões, como também no diálogo com o mundo (cf. *Gaudium et Spes*). Deus seja louvado pela sua vida e sua obra.

*Endereço do Recensador:*

Caixa Postal 5041

88040-970 Florianópolis, SC

E-mail: ney.brasil@itesc.org.br

---

diz ele, “concentrei minhas ideias sobre a morte e a vida, tendo em vista já o meu próprio desenlace” (pp. 693-702).

<sup>32</sup> “*Apologia pro vita sua*” é o título da famosa auto-defesa de John Henry Newman, publicada em 1864.

<sup>33</sup> Problemas de revisão, em todo o texto, pouquíssimos. Na p. 172, a expressão latina *ecclesia in mundo huius temporis* saiu com duas falhas: “ecclessia” e “huis”; na p. 645, as datas da “época da soberania persa” devem ser 539-331 a.C., e não “539-531”.



STADELMANN, Luís I.J., *Os Salmos da Bíblia*. São Paulo: Ed. Paulinas e Loyola, 2015, 13 x 18 cm, 687 p.

Ney Brasil Pereira\*

Pe. Luís Stadelmann, Jesuíta, que é Doutor em Línguas e Literatura semíticas e Mestre em Ciências Bíblicas, há muitos anos leciona Livros Sapienciais e Salmos na FACASC, Faculdade Católica de Santa Catarina, antes ITESC, Instituto Teológico de Santa Catarina, em Florianópolis. Ao longo da sua frutífera vida acadêmica, publicou, além de outros livros, um comentário aos Salmos, em 2001, pela Editora Vozes, com o subtítulo “Comentário e Oração”. Neste ano, como fruto dessa longa experiência, brinda-nos com uma obra alentada, de quase 700 páginas, em formato não “de bolso” mas “de bolsa”, que ele mesmo apresenta como “livro-texto para cursos de ensino dos Salmos da Bíblia nas faculdades de Teologia e de Ciências da Religião, bem como subsídio para meditação pessoal” (contracapa).

Sobre a obra, cito algumas indicações do Prefácio, escrito pelo próprio autor:

“Para atender à necessidade de uma plena e perfeita compreensão dos *Salmos da Bíblia*, sai agora esta tradução atualizada do texto original hebraico, acompanhada de um comentário que esclarece, sob todos os aspectos, os versos inspirados”. Ele justifica, também, este novo Comentário, “devido ao avanço dos estudos semíticos, publicados nos anos recentes, os quais ajudam a desvendar o sentido de vocábulos e expressões que até agora se interpretavam à luz das versões antigas, com corretivos sutis dos termos hebraicos... dando margem a interpretações de cunho essencialmente subjetivo.

[...] Tornam-se assim obsoletas as emendas ao texto massorético e as tentativas hipotéticas das traduções antigas e recentes, mas também se descobre o sentido de passagens há muito tidas como corruptas” (p. 9). A obra se apresenta, portanto, não como apenas um comentário a mais, mas como uma contribuição de valor para a melhor compreensão do texto hebraico original.

O comentário propriamente dito, de cada salmo, começa na pág. 163. Isto é, o autor dedica nada menos que 150 páginas às questões in-

\* O recenseador é Mestre em Ciências Bíblicas pelo Pontifício Instituto Bíblico de Roma, e professor emérito da FACASC/ITESC, Florianópolis.



trodutórias. Entre elas, temos a “classificação dos Salmos” (pp. 17-18), as “rubricas do Saltério” (pp. 19-24), a “arte poética dos salmistas” (pp. 25-32), a “origem dos Salmos” (pp. 33-44), os “gêneros literários dos Salmos” (pp. 45-62), a “oração nos Salmos” (pp. 63-122), o “método exegetico para interpretar os Salmos” (pp. 123-127), um interessante questionário, com “perguntas de revisão” sobre os Salmos (pp. 129-146) e, finalmente, como “resumo”, a classificação dos Salmos (pp. 147-161). No fim do volume, após a bibliografia, L. Stadelmann nos brinda com um “Índice temático dos Salmos” (pp. 683-687).

Quanto ao **título** do comentário, estranhei a especificação: “Salmos da Bíblia”.

Por que “da Bíblia”, quando em parte nenhuma do livro há qualquer alusão a salmos *não bíblicos*? Se o comentário fosse impostado no confronto com salmos de outras literaturas do antigo Oriente, que os há, por certo, então se entenderia essa especificação. Não havendo esse confronto, por que especificar o que é óbvio?<sup>1</sup>

Uma preocupação insistente do autor, explicitada no seu prefácio, é o que ele chama de “utilidade” ou “finalidade” litúrgica dos salmos (p. 10), a qual vai sendo lembrada ao longo do comentário. É certo que os salmos, ao serem coletados, o foram com a finalidade de servirem ao culto do Templo e, depois, da Sinagoga, mas a sua dimensão pessoal, especialmente dos salmos individuais, não se destina primeiramente à liturgia. Não me parece, portanto, que os salmos “nasceram do culto e para o culto” (p. 15). Não me parece, igualmente, que os salmistas “sendo autores bíblicos a serviço do culto divino (?), transmitem a revelação de Deus como mensagem dirigida aos fiéis através da espiritualidade litúrgica” (p. 27), e “mediatizam sua experiência religiosa pelos salmos como *meio litúrgico* para dialogar com Deus”... (p. 28)

Quanto ao “**temor de Deus**” que, nos livros sapienciais é apresentado como “o princípio da sabedoria” (cf. Pr 1,7 e 9,10), o autor várias vezes, ao longo do comentário, observa que “a língua hebraica não tem o verbo *adorar* em seu vocabulário, e por isso usa os termos do cerimonial da corte para designar atitudes de religiosidade litúrgica, como ‘temor’ reverencial (hebr. *pahad*), e gestos de ajoelhar (*barak*), abaixar (*nafal*), prostrar-se *hishtahawah*)... (p. 38) Isto é, a observação

<sup>1</sup> Por exemplo, praticamente todos os comentários dos Salmos, que tenho à mão, não especificam. Assim, de ALONSO-SCHÖKEL, L. e CARNITI, C., *Salmos I*, “Salmos II”, Paulus, 1996; WEISER, A., “Os Salmos”, Paulus, 1994; BORTOLINI, J., “Conhecer e Rezar os Salmos”, Paulus, 2000; CASTELLINO, G., “Libro dei Salmi”, La Sacra Bibbia di Garofalo, Marietti, 1965; KIDNER, D., “Salmos 1-72”, “Salmos 73-150”, Série Cultura Bíblica, Vida Nova, 1980; VOGT, E., “Os Salmos”, Liga de Estudos Bíblicos, São Paulo, 1951.



restringe-se à terminologia, e não entra na questão do temor não servil, que é a necessária complementação do amor a Deus.

Questão introdutória muito útil é a abordagem dos “**gêneros literários**” dos salmos, estudados exaustivamente por H. Gunkel e S. Mowinckel no início do séc. XX.

Stadelmann descreve quinze deles, começando com os “Hinos” e terminando com os salmos “proféticos” (pp. 45-61). Estende-se bastante no tema da “Oração nos salmos”, começando pela “religiosidade bíblica” e o “perfil de Deus” (pp. 63-68). Lembra que uma das características da oração litúrgica é a superação das preocupações pessoais do orante, que “procura participar da oração de ação de graças e louvor, embora seu estado de alma seja a aridez do deserto”... (p. 78) Sobre o amor a Deus, “atualizado pela prece sálmica”, o autor alude a Inácio de Loyola: “confiar nEle, como se tudo dependesse dEle, e agir, como se apenas de nós tudo dependesse” (p. 87). Quanto aos salmos “proféticos”, exemplificados pelos sls 58 e 75 (eu citaria o sl 50), não me parece que se possa caracterizá-los como “orações de súplica que... atualizam os oráculos de vituperação contra os ímpios” (p. 89).

Muito úteis as considerações sobre os “as **imprecações** nos salmos” (pp. 91-100). Segundo o autor, não é exato falar em “salmos imprecatórios”, porque as imprecações são trechos distintos, que não caracterizam o salmo todo. A propósito, quanto ao termo “vingança” (hebr. *neqamah*), ele sugere, quando aplicado a Deus, traduzi-lo por “vindicação” (p.98). E lembra a dupla conotação da “justiça” divina, mencionada nos salmos: não só “vindicativa”, mas, muito mais, “salvífica” (p. 99). Quanto à “religião bíblica”, comentada nas pp. 103-104, parece-me que o autor aí a reduz à dimensão litúrgica, ritual, sem mencionar sua necessária dimensão ética. Quanto aos “pobres” e “humildes” (*‘ebyonîm* e *‘anawîm*), ele não aceita a identificação entre “pobres” e “piedosos”, é claro, e comenta as três hipóteses interpretativas analisadas por N. Lohfink (p. 106). Uma distinção que me parece útil é a que diferencia “humildes”(virtude) de “humilhados” (situação social), diferença muitas vezes esquecida, p. ex. em Lc 1,48<sup>2</sup>.

Quanto à prática da **oração sálmica** nas comunidades judaicas, o autor lembra que “alguns salmos fazem parte da liturgia matinal, como os sls 145-150; desde a época pré-cristã recita-se o *Hallel* (SlS 113-118) em celebrações festivas; nos casamentos, reza-se o Sl 100 e excertos do Sl 118; aos funerais aplicam-se os sls 23, 90, 91 e 130” (p. 117). E quanto à validade dos salmos para a oração cristã, apesar da dificuldade do seu

<sup>2</sup> Cf PEREIRA, N.B., *Humildade ou humilhação de Maria, em Lc 1,48?*, in Revista de Cultura Bíblica, ed. Loyola, n 39-40 (1986), pp. 38-54.



“marcante cunho veterotestamentário” (p. 119), não se pode esquecer que os salmos foram rezados por Jesus Cristo e igualmente pelas primeiras comunidades cristãs: portanto, eles podem, e devem, ser rezados por nós, mesmo em pleno início do terceiro milênio cristão, naturalmente com o necessário estudo e na docilidade ao mesmo Espírito que os inspirou.

Nas pp. 123-127, o autor oferece o seu “**método exegético**” para interpretar os salmos, com os passos seguintes: 1) levar em conta a teologia bíblica do AT; 2) identificar, nos salmos, os temas de liturgia e de espiritualidade; 3) verificar a estrutura de cada salmo e seu gênero literário; 4) rezá-los fazendo suas essas orações inspiradas pelo próprio Deus. Na p. 127 encontra-se uma bibliografia parcial, que é completada por uma bibliografia mais ampla nas pp. 681-682. Novidade didática é o **questionário**, com o subtítulo “perguntas de revisão”, nas pp. 129-146, retomando os temas introdutórios já abordados. Cada pergunta recebe a sua resposta, evidentemente não exaustiva mas, por certo, indicativa e, às vezes, questionável. Por exemplo, a resposta ao “caráter messiânico” de alguns salmos (p. 137, n.7); o sentido da referência aos “pobres” (p. 142, n.15) etc.

O último capítulo introdutório, com o título “**Resumo**” (?), pp. 147-161, retoma a classificação dos salmos, exposta sintaticamente nas pp. 17-18. Abordam-se primeiro os “Hinos e salmos de louvor”, seguindo-se os “Salmos de ação de graças”, os “Salmos de súplica”, os “Salmos de confiança”, os “Salmos penitenciais”, e os “Salmos sapienciais”. Nesse capítulo, há várias referências a “o livro *Os Salmos da Bíblia*” como se fosse outra publicação (?), e em todo caso as páginas indicadas não conferem, p. ex., na p. 147, na p. 150, na p. 152, na p. 157 (por duas vezes).

Segue o **comentário** propriamente dito a cada um dos 150 salmos. Em cada um deles comprova-se o método do autor, a partir da sua tradução do texto original. O esquema adotado, após o texto de cada salmo, é o seguinte: 1) nota, ou notas, quando necessário; 2) estrutura; 3) comentário, por versículo ou por grupo de versículos; 4) oração; 5) contexto ou datação histórica. Quanto à tradução, de modo geral, excelente, dada a competência e experiência do autor. Quanto à datação histórica, isto é, se o salmo é pré-exílico, exílico, ou pós-exílico, não percebi como o autor justifica a sua classificação. Assim, p. ex. sobre o SI 1, ele afirma simplesmente: “Este salmo sapiencial, que bem se presta à introdução de todo o Saltério, data do período pós-exílico” (p. 166). Por que motivo? Com que argumentos? Ainda em relação ao SI 1, é interessante a expressão “*exclamação admirativa*” para designar a bem-aventurança.

Na extensa nota de **crítica textual** aos vv. 11-12 do SI 2, faltou revisão atenta do texto: há várias repetições que não se justificam, p. ex.



a mesma observação sobre as raízes verbais *nashaq I e II*, duas vezes na p. 167 e mais duas vezes na p. seguinte! Ainda quanto ao Sl 2, que é tão fortemente interpelador, não sei se é justificável apresentá-lo como “oração de louvor para despertar nosso amor por Deus, que institui um mediador...” (p. 171). A “motivação” do Sl 11,7, na p. 197 em cima, parece-me um pouco redundante, ao falar de “alimento espiritual” e “sagrados dons do altar”... O início do Sl 14, no comentário da p. 202, mais que um “relato”, é uma “denúncia” profética. É sugestiva a citação de Kant, a propósito do Sl 19,2: “Duas coisas me falam de Deus: o céu estrelado sobre a minha cabeça e a sua Lei no meu coração” (p. 219).

Frequentemente o autor se refere à “virtude da religião” (p. ex. duas vezes na p. 220), identificando-a como “princípio da espiritualidade bíblica” e “degrau para subir à presença do Senhor”, o que não me parece claro, pelo fato de não lembrar as duas dimensões da “religião”: a dimensão ritual e a dimensão ética, esta, mais importante que aquela, segundo Os 6,6 e, também, Tg 1,27.

Na p. 236 o autor justifica a **tradução convencional** do hebr. *elo-him tseba'ot* (lit. “Deus dos exércitos”) por “Deus todo-poderoso”, que em nossos livros litúrgicos aparece como “Deus do universo”. A mesma justificativa, relativamente longa, reaparece *ipsis litteris* na p. 311, na p. 316, na p. 349, na p. 381, na p. 421, na p. 440, na p. 459... Não seria preciso repeti-la tantas vezes! Na p. 257, referindo-se à dança na celebração cultural em Israel, a propósito do Sl 31,8, o autor deprecia a dança dos dervixes, “por serem fanáticos em transe extático”... o que evidentemente não contribui para o diálogo interreligioso! Na p. 262, tanto a “nota” como a “estrutura” aí colocadas são as do Sl 32, que já apareceram na p. 259, e aqui se encontram indevidamente, a propósito do Sl 33. Na p. 265, a tradução do hebr. *kefirim*, no Sl 31,11, por “leõezinhos”, deveria ser substituída por “leões novos” ou “filhotes”, por causa da conotação carinhosa do diminutivo. O título do Sl 38, na p. 281, é mesmo “oração do pecador arrependido”, ou “do enfermo angustiado”? Na p. 300, o comentário sobre o v. 5 do Sl 43 está literalmente repetindo o que se lê na p. 298, relativamente ao v. 6 do Sl 42: para que repetir?

**Quanto ao Sl 45**, classificado como “poema nupcial que enaltece a instituição da dinastia davídica”, o autor o entende como “oração de louvor para despertar nosso amor por Deus, em cuja honra se celebra a liturgia...” (p. 309), entendimento que não me parece muito coerente. Na p. 329, tanto as “notas” como a “estrutura” estão equivocadas: são as do Sl 51, não do Sl 52. Do Sl 58, o autor diz que “é uma página das mais veementes jamais escritas sobre a perversidade do coração humano. Exprime a convicção de que não se pode ficar indiferente diante do mal, nem desculpá-lo...” (p. 346). No Sl 69,12, não me parece boa a



tradução de *sâq* por “burel”, em vez de “cilício” ou, mesmo, “pano de saco”, porque a acepção mais comum de “burel” é “hábito de frade”. Chama a atenção a síntese do comentário ao Sl 78,52-53, sobre a saída do Egito: “é a primeira etapa da libertação, que se inicia com a travessia do mar Vermelho. É a linha divisória da existência (entre escravidão e liberdade), da história (entre etnia subjugada e Povo Eleito), e da religião (entre paganismo e javismo)” (p. 417).

A tradução do hebr. *géfen*, no Sl 80,9 e 15, por “videira” (p. 423), está exata, não devendo confundir-se, como traduz a BJ, com “vinha”, que é o coletivo de videira: essa distinção é importante para entender-se bem Jo15,1, texto no qual Jesus se compara à videira individual, não ao coletivo “vinha”. Tanto o grego como o latim distinguem: *âmpelos* e *ampelôn*; *vítis* e *vínea*. Por outro lado, no comentário dos vv. 8-12 (p. 426), não me pareceu acertada a evocação do Magnificat. Também não me parece que o Sl 82 possa ser caracterizado como invectiva “contra os deuses pagãos”: esses “deuses” são de carne e osso, a saber, os juízes corruptos e injustos. De então e de hoje. No Sl 96,11-13, comentando o “convite à criação para louvar a Deus”, o autor faz atualizado apelo à nossa responsabilidade ecológica (pp. 486-487). Na p. 494, em cima, a afirmação sobre a *santidade* divina, como “a mais elevada perfeição e norma suprema de toda a moralidade”, parece-me deixar na sombra a “santidade ontológica” de Deus, isto é, a sua transcendência, proclamada grandiosamente pelos serafins de Is 6,3.

Quanto ao **contexto do Sl 104**, “uma versão poética do relato da criação”, que “data do período pós-exílico” (p. 513), senti falta da referência à origem egípcia do poema, certamente inspirado no “Hino ao deus-Sol, Aton, do séc. XIV aC<sup>3</sup>. No longo comentário (pp. 537-544) do Sl 110, o salmo mais citado no NT, ao mesmo tempo que são de louvar as novidades de tradução, p. ex., dos vv. 3 e 7, senti falta de reflexão sobre a leitura cristológica desse texto, tão marcado pela violência desse “Rei e Sacerdote guerreiro”... Belo, em contrapartida, o seguinte comentário ao Sl 113: “Oração de louvor para despertar nosso amor por Deus, cuja glória se sobrepõe ao mundo, não para distanciar-se de nós, mas para arrebatara nossa alma a remontar-se às alturas siderais e penetrar as profundezas da experiência humana, onde se vislumbram sinais da presença divina” (p. 551). Duas observações sobre a tradução do Sl 116: a primeira, positiva, sobre o v. 15 (“*Custa ao Senhor ver morrer seus fiéis*”, em vez de “É preciosa, aos olhos do Senhor, a morte dos seus santos”); e a segunda, negativa, sobre o v. 16 (“*teu servo, nascido em servidão*”, em vez de “teu servo, filho de tua serva”: assim omitiu-se a referência

<sup>3</sup> Cf TERRA, J. E. Martins, “O Salmo 104 e o Hino em honra do deus Aton”, in FELLER, V.G. (Org.), *O Canto da Palavra*, Florianópolis, ITESC, 2006, pp. 21-40.



à mulher, à mãe...). Cada uma das vinte e duas estrofes do alfabético Sl 119 mereceram do autor cuidadoso comentário (pp. 566-597). Na p. 603, tanto a “nota” como a “estrutura” estão equivocadas: não têm nada a ver com o Sl 123, que as antecede.

Na p. 623, comentando, a propósito do Sl 132,11-18, as “**três instituições** de mediação salvífica, que constituem sinais de eleição divina do Povo de Deus”, a saber, a monarquia, o Templo, e o sacerdócio”, o autor parece distinguir, no AT, o sacerdócio “ministerial” e o “institucional”. Não vejo bem, aí, a diferença. Quanto à terrível imprecisão do Sl 137,9, o autor propõe transformá-la em oração, inserindo o verbo “poupar” no lugar de “agarrar”: “*Ditoso quem poupar teus filhinhos de serem esmagados contra o rochedo*”, e justifica, não sei se convincentemente, a sua proposta (p. 637). O último salmo (150), que é “a doxologia final de todo o Saltério e data do período pós-exílico”, é sintetizado como “oração de louvor para despertar nosso amor por Deus, que é glorificado no céu, vv. 1-2, na liturgia celebrada no Santuário, vv. 3-5, e também nas comunidades do culto religioso que fazem parte do seu Reino”, v.6 (p. 679).

Como se vê, as observações acima não abrangem, nem de longe, a riqueza de informações contidas neste bem-vindo Comentário aos Salmos, do Pe. Luís Stadelmann. Após uma leitura atenta, ressaltai o que me chamou mais a atenção, detendo-me de preferência em pontos ou detalhes a meu ver discutíveis, evidentemente sem a pretensão de estar propondo a última palavra. Terminando esta recensão, parabenizo seu autor e faço meu o seu desejo de “que esta obra possa tornar-se útil a todos os que a utilizarem para aprofundar o conhecimento dos Salmos, assim enriquecendo a sua oração pessoal” (p. 11), com estes louvores e súplicas que o próprio Deus inspirou.

*Endereço do Recenseurador:*

Caixa Postal 5041

88040-970 Florianópolis, SC

E-mail: ney.brasil@itesc.org.br